

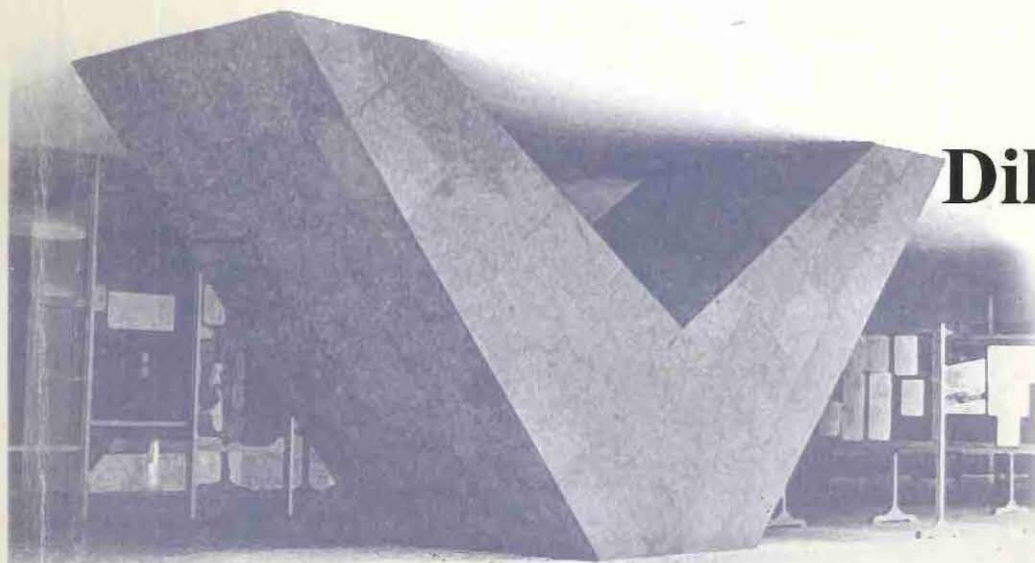


EBAPE

Escola Brasileira de
Administração Pública
e de Empresas

Cadernos

C A D E R N O S
E B A P E



Questões e Dilemas Éticos

Hermano Thiry-Cherques

Cadernos EBAPE
nº 123

N.Cham: P/EBAPE CE 123

Título: Questões e dilemas éticos / Hermano
Thiry-Cherques, org.



000308589 / bib-id: vtls000076266

Estante

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA**

MAIO DE 2002

QUESTÕES E DILEMAS ÉTICOS

Hermano Thiry-Cherques

*CADERNOS EBAPE
Nº 123*

Rio de Janeiro – Brasil

CADERNOS EBAPE

Publicação da **ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS** da **FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS** para divulgação, em caráter preliminar, de trabalhos acadêmicos e de consultoria sobre Administração Pública e de Empresas.

DIRETOR DA EBAPE

Bianor Scelza Cavalcanti

CHEFE DO CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA

Deborah Moraes Zouain

EDITORA

Deborah Moraes Zouain

O texto ora divulgado é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA

CADERNOS EBAPE

Praia de Botafogo, 190 – Sala 526.1
Botafogo – Rio de Janeiro
22253-900

Telefones: (21) 2559-5775 / 5774 - 2551-8051

Fax: (21) 2551-8051

Prezado Leitor,

Faça já sua assinatura dos **CADERNOS EBAPE** por R\$ 18,00 e receba ao longo do ano 06 (seis) exemplares. Você terá sem dúvida, a oportunidade de refletir sobre importantes temas da Administração Pública Brasileira.

A Editora

✂ Corte aqui

✂

<div data-bbox="561 915 714 1124" data-label="Image"></div> <div data-bbox="214 1249 558 1286" data-label="Section-Header"><p>CADERNOS EBAPE</p></div> <div data-bbox="211 1345 711 1428" data-label="Text"><p>Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas</p></div> <div data-bbox="211 1489 716 1662" data-label="Text"><p>Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa Praia de Botafogo, 190 – Sala 526 Botafogo – Rio de Janeiro 22253-900</p></div>	<div data-bbox="762 1063 1252 1096" data-label="Section-Header"><p>CADASTRO: CADERNOS EBAPE</p></div> <div data-bbox="762 1242 1256 1273" data-label="Text"><p>Nome:</p></div> <div data-bbox="762 1290 1256 1321" data-label="Text"><p>Instituição:</p></div> <div data-bbox="762 1338 1256 1369" data-label="Text"><p>Endereço:</p></div> <div data-bbox="762 1386 1256 1417" data-label="Text"><p>Cidade:</p></div> <div data-bbox="762 1434 1256 1465" data-label="Text"><p>País:</p></div> <div data-bbox="762 1482 1256 1513" data-label="Text"><p>Código Postal:</p></div> <div data-bbox="762 1745 1035 1773" data-label="Text"><p>Data: /..... /.....</p></div>
---	---

✂ Corte aqui



**F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS**

**REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- RAP -**

ASSINATURA DE REVISTA TÉCNICO-ACADÊMICA INDICA

PROFISSIONALISMO

VOCÊ TERÁ A OPORTUNIDADE DE LER IMPORTANTES MATÉRIAS SOBRE:

- *GESTÃO INTEGRADA DE PROGRAMAS PÚBLICOS*
- *POLÍTICAS PÚBLICAS: SAÚDE, SOCIAL, MEIO AMBIENTE ETC.*
- *PROCESSO DECISÓRIO*
- *GERÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES E EMPRESAS PÚBLICAS*
- *ESTADO EMPRESÁRIO*

VISITE A LIVRARIA DA FGV

DISPOMOS DE NÚMEROS AVULSOS

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
EBAPE**

Praia de Botafogo, 190 - 5º andar - 526

**Tel: 2559-5775
2551-8051**

APRESENTAÇÃO

Questões e Dilemas Éticos

Os textos que figuram nesse número dos Cadernos EBAPE são o resultado de trabalhos realizados pelos mestrandos em Gestão Empresarial e em Administração Pública da FGV/EBAPE.

Como parte das suas tarefas acadêmicas, os mestrandos foram estimulados a relatarem e comentarem casos reais envolvendo questões e/ou dilemas éticos.

Na coletânea aqui apresentada, figuram as contribuições mais significativas sobre esse tema.

O propósito de sua divulgação é o de servir tanto de base à continuidade e aprofundamento de investigações no campo da ética como de incentivo aos mestrandos para que continuem pesquisando e publicando neste e em outros campos da Administração.

Sou grato aos autores pela permissão de divulgar os trabalhos e, em especial, a Roberto Pimenta, Monitor da disciplina, pela compilação e revisão dos originais.

Prof. Dr. Hermano Roberto Thiry-Cherques
Titular da Disciplina Ética nas Organizações

SUMÁRIO

<u>A ÉTICA NA PROPAGANDA DO TABACO</u>	3
<i>Patrícia de Sá</i>	
<u>UMA ANÁLISE DA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS GERAIS DE NEGÓCIOS DA SHELL.</u>	10
<i>Álvaro Eduardo Ferreira Esteves</i>	
<u>VIGILÂNCIA NAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE CORRENTES FILOSÓFICAS</u>	21
<i>Ana Paula Cortat Zambrotti Gomes</i>	
<u>A POBREZA DOS RICOS</u>	28
<i>Hélio Kestelman</i>	
<u>ÉTICA PUBLICITÁRIA</u>	37
<i>Andréa Lemos Ferreira</i>	
<u>HIPERCOMPETIÇÃO NO TRABALHO: FUNCIONA?</u>	41
<i>Gilberto Malamut</i>	
<u>O CASO KURSK: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A QUESTÃO DA ÉTICA</u>	47
<i>Eliane de Castro Bernardino</i>	
<u>ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES – BASEADO NO LIVRO “MAN’S SEARCH FOR MEANING”</u>	54
<i>Geraldo Ferreira</i>	

A ÉTICA NA PROPAGANDA DO TABACO

Patrícia de Sá

1. A Posição da Empresa

Percorrendo a internet por conta de uma pesquisa sobre Responsabilidade Social nas empresas, me deparei com um site da Souza Cruz sobre "Responsabilidade Corporativa", em que divulgava e defendia seus **"princípios éticos e sua filosofia empresarial"** ligados ao marketing de cigarros.

Segundo a Souza Cruz, *"é dever das empresas, cidadãos e instituições participar de forma efetiva das discussões relevantes que dizem respeito à sociedade"* e *"contribuir para os debates que envolvem a indústria do tabaco"*. Ainda assume que *"tem consciência de que lida com um produto que, embora proporcione prazer, está estatisticamente associado à riscos para a saúde"*.

Dentre os princípios éticos que a empresa aponta, estão basicamente o compromisso de não incentivar os não-fumantes a adotar seus produtos, dificultar o acesso do cigarro aos menores de 18 anos (evitando todas as formas possíveis de contato dos jovens com propagandas, amostras, eventos, malas-diretas e formadores de opinião), e desenvolver programas educativos para prevenção/redução do consumo de cigarro nas escolas. Procura exercer suas atividades levando em conta não somente a satisfação imediata de seus clientes, mas também sua responsabilidade frente às diversas comunidades com que interage.

Por outro lado, a empresa defende o direito de divulgar os seus produtos de forma competitiva, através de um marketing consistente, pois *"o consumidor adulto é capaz de tomar suas próprias decisões"*, o mercado e a sociedade devem ser livres e poder fazer escolhas bem informadas. Isto porque o Governo Federal, através da CNCT¹, vem impondo uma série de restrições à propaganda de cigarros, até a sua proibição total em 2003.

¹ A Comissão Nacional para o Controle do Tabaco (CNCT), formada por membros de oito ministérios desde sua criação em 13 de agosto de 1999, tem por meta e obrigação estabelecer

A Souza Cruz argumenta que pesquisas realizadas em diversos países pelos mais variados institutos concluem não haver relação direta ou causalidade entre a propaganda de cigarros e o nível de consumo de tabaco e que a motivação central para a adoção do tabagismo vem dos membros da família e dos amigos.

2. Os fatos do mercado e da sociedade

O Brasil é líder mundial nas exportações de fumo e o terceiro maior produtor de tabaco, além de ter recentemente aprovado lei que restringe a publicidade de cigarros aos locais de venda.²

As políticas anti-tabagistas são uma forma eficaz de salvar vidas e beneficiar a economia. O Estado brasileiro perde anualmente R\$ 1,25 bilhão na diferença entre o que arrecada em impostos do setor e o que gasta em doenças, aposentadorias e pensões relacionadas ao tabagismo. De acordo com o Banco Mundial, para cada dólar arrecadado gasta-se US\$ 1,50, em média, com tratamento de doenças tabaco-associadas – e por isso mesmo o BIRD adotou, já em 1991, uma política visando controlar o setor fumageiro.³

No mundo, morrem anualmente cerca de 4 milhões de pessoas devido ao tabagismo e no Brasil estima-se que sejam algo em torno de 100 mil pessoas (o dobro de mortes em acidentes de trânsito e mais do que provocam todas as outras poluições somadas, além de alcoolismo e AIDS).⁴

A região sul do Brasil é a maior produtora de tabaco, com cerca de 150 mil famílias produzindo para as empresas e há cerca de 50 mil famílias fumicultoras em estados como Bahia e Alagoas.⁵ Há, portanto, um custo social enorme na cadeia produtiva do fumo, que deve ser levado em consideração também ao se reprimir a indústria fumageira.

propostas e compromissos do Brasil na Convenção Internacional para o Controle do Tabaco, marcada para 2003 pela Organização Mundial da Saúde.

² Fonte: "Commodities Ambientais X Tabaco" de Sergio Luis Boeira, in: Jornal do Meio Ambiente, 26/03/01 – www.jornaldomeioambiente.com.br

³ Fonte: Pesquisado em 26/03/01 no site www.worldbank.org

⁴ Fonte: *ibid.* 2

⁵ *idem*

O Council of Economic Advisors dos EUA declarou em 1987 que existe pouca evidência de que a propaganda gera novos fumantes. Da mesma maneira que na maioria dos outros produtos, ela é efetiva para fazer os consumidores adotarem ou passarem de uma marca a outra. O Tribunal Superior do Canadá (1995), estudos na União Européia (1996) e na Austrália (antes e depois das restrições legais impostas no país) concluíram que nada comprova uma ligação causal entre a propaganda e uma diminuição no consumo de cigarros. Uma pesquisa realizada na Noruega (1997), onde a propaganda está proibida desde 1975 e há proibição do fumo em lugares públicos desde 1988, mostrou que houve 44% de aumento no consumo de cigarros pelos jovens na faixa dos 16-19 anos, mesmo índice de 1977.⁶

Por outro lado, o personagem Joe Camel da RJ Reynolds, gozava de tanta popularidade quanto Mickey Mouse entre as crianças americanas na faixa dos seis anos de idade (e 91% de associação com o produto cigarro) antes de ser banido da propaganda por pressão da sociedade civil organizada.⁷

Inúmeras pesquisas realizadas no Canadá (1987), Grã-Bretanha (1991/92) e Hong-Kong (1995/96) apontaram como principal causa da adoção do fumo pelos jovens a pressão do grupo social, seguida da afirmação de poder e sexualidade, maturidade, rebeldia e controle.⁸

Segundo o pesquisador Alan Brody (1996), devemos compreender o papel preciso do cigarro na formação adulta de nossa juventude. É o vestígio de um rito de iniciação – presente em todas as culturas mas há muito ignorado por nossa sociedade industrial. Não temos um rito de iniciação como quase todas as outras sociedades tribais. *"Isto é importante porque os grupos de idade coincidem exatamente com os grupos de idade dos fumantes e também o processo. Em outras palavras, o vácuo foi preenchido com um sem número de marcas de cigarro. Dificuldade em aprender a atividade (por ex. vômito, tosse), a efetiva incorporação da auto-flagelação como um conceito de fortalecimento*

⁶ Fonte: www.souzacruz.com.br

⁷ Fonte: site <http://sunsite.unc.edu/boutell/infact/infact.html> (Fischer, Paul M., et al. "Brand Logo Recognition by Children Aged Three to Six Years." Journal of the American Medical Association (JAMA), 11 dec 1991)

⁸ Fonte: www.souzacruz.com.br

(...) e a assunção de uma identidade tribal adulta. Em algumas sociedades seria um nome de guerra. Nesta sociedade é uma marca de cigarro...".⁹

Os fumantes estão obtendo um benefício psicológico através do fumo e se isto não for revelado não será possível ajudá-los. É como tirar a pessoa de uma forma invisível de sistema de sobrevivência. Só tornando-o visível primeiro é que será possível eliminar sua dependência dele (Brody, 1996).

3. Questionamentos Éticos

As questões que se colocam são:

- 1) É ético fabricar e incentivar o consumo (através do marketing) de um produto que sabidamente causa malefícios à saúde dos indivíduos?
- 2) A sociedade pode impor restrições à liberdade de escolha do consumidor e ao direito de livre expressão e informação da empresa?
- 3) É defensável do ponto de vista ético incentivar o consumo entre adultos enquanto ao mesmo tempo prega a prevenção/redução junto aos jovens?
- 4) Coibir as indústrias de tabaco não significaria um grave custo social, devido às comunidades agrícolas que sobrevivem do seu cultivo?

Antes de analisar as questões acima à luz das três escolas de pensamento ético – **Utilitarismo**, **Racionalismo** e **Relativismo** – é preciso considerar que as restrições e proibições da CNCT à propaganda de cigarro estão no âmbito da **lei**, e não da ética, pois se baseiam não apenas em valores de ordem moral mas também contingências político-econômicas.

⁹Fonte: sites www.camel-cash.com (campanha "Say No to Joe!") e www.tobacco.org/misc/cigseduction.html (transcrição da entrevista "Cigarette Seduction: deconstructing its siren appeal to teen smokers" com o jornalista e escritor Alan Brody, na "Cigarette Seduction Conference" ocorrida em 09/11/96 e 14/12/96) – tradução livre.

- **Utilitarismo**

Máxima: "o maior bem para o maior número de pessoas"

Fundamentos: hedonismo (prazer e felicidade), cálculo das conseqüências, repetição.

Uma vez que o tabagismo representa uma ameaça à saúde dos indivíduos e desequilibra financeiramente o sistema de saúde governamental, prejudicando a sociedade como um todo, o direito individual do fumante de ser bem informado sobre as diferentes marcas, e dos fabricantes em manterem sua competitividade no mercado, seriam secundários. É moralmente indefensável que uma empresa, para auferir lucro e se manter no mercado, comercialize um produto que assumidamente traz riscos ao consumidor. A falta de ética está não só em divulgar o produto a quem quer que seja mas principalmente em perseguir a produção do cigarro.

A indústria tabageira mais prejudica do que beneficia a sociedade como um todo e é discutível se o jovem menor de idade tem o discernimento suficiente para tomar tal decisão, podendo acabar "seduzido" pela propaganda e pelo fumo. Se está indicado por pesquisas internacionais que o jovem é influenciado pelo grupo social e o exemplo dos adultos, estaríamos permitindo que uma parte da sociedade – a geração futura – sofresse riscos de saúde.

Quanto ao custo social, ainda que se deva levar em conta o direito legítimo ao bem-estar das famílias que cultivam o fumo, isto não poderia prevalecer sobre os interesses e o bem-estar da sociedade como um todo.

- **Racionalismo**

Máxima: "existe um princípio moral universal, fundado na razão"

Fundamentos: lógica, certeza, dever e vontade livre

Assistir a propagandas de cigarro e fumar, com seus atributos associados de sabor, auto-afirmação, integração social etc., seria uma decisão de cunho pessoal e portanto um direito do indivíduo, no uso de sua razão e livre arbítrio.

Porém, segundo o Racionalismo, defender e divulgar (propaganda) o fumo mesmo sabendo que há malefícios cientificamente comprovados à saúde é um ato ilógico, privado de razão e portanto imoral. E não importa se o marketing dos cigarros está direcionado a adultos ou jovens - se fumar é um mal, esse mal é universal, não se pode achá-lo moralmente defensável para uma faixa etária e condenável para outra, principalmente em se conhecendo a influência que o exemplo dos adultos e o boca-a-boca têm na adoção do cigarro pelos jovens.

Da mesma forma, qualquer empresa tem o direito de escolher sua área de atuação ao identificar a existência de um mercado consumidor para o produto que fabrica. Este mercado precisa ser atendido e ela deve gerir seu negócio com competitividade e lucratividade. Mas para atingir seus resultados mercadológicos e financeiros, o marketing da Souza Cruz se aproveita dos fumantes, "reféns" de um vício, o que é também imoral.

Em relação ao custo social, as comunidades agrícolas fumageiras também estão sendo usadas como "meios" para a empresa atingir os seus resultados. Não há como justificar a manutenção do marketing do cigarro com o risco da "ruína" dessa atividade e conseqüentemente do prejuízo à subsistência dessas famílias, que lamentavelmente colaboram para o aumento do tabagismo.

- **Relativismo**

Máxima: "uma cultura deve respeitar a outra e proteger-se de si mesma"

Fundamentos: cultura, história, ceticismo

Os valores éticos mudam com o tempo e verifica-se que o fumo passou de algo socialmente aceito e mesmo elegante até o início dos anos 80 para algo condenável a partir daí, quando se iniciou uma verdadeira "guerra" anti-tabagista em todo o mundo, à luz das descobertas científicas e das estatísticas que revelaram os malefícios para a saúde e a quantidade de mortes associadas ao cigarro.

Banir o fumo de locais públicos e da propaganda, restringindo a liberdade das indústrias de tabaco, seria eticamente responsável e embora consista numa forma de censura, segundo a ótica do Relativismo Circunstancial, isto seria moralmente defensável conforme a situação (aqui, proteger a sociedade da "sedução" de um produto prejudicial à saúde).

Embora o tabagismo juvenil funcione como um substituto à ausência de um "rito de passagem" na sociedade ocidental do jovem para o mundo adulto, a ciência já comprovou que fumar faz mal à saúde e portanto incentivar esse hábito cultural não encontra qualquer justificativa ética, a não ser que quiséssemos deliberadamente eliminar parte da futura geração, o que não é o caso.

Manter o marketing do cigarro para preservar a cadeia produtiva do fumo e consequentemente as comunidades agrícolas tabageiras, não resolve o problema de origem – o fato de que se está investindo em uma atividade que avilta a dignidade do indivíduo: fazê-lo compactuar, por uma questão de falta de opção e de necessidade de sobrevivência, com o plantio de um produto que irá adoecer e matar milhares de pessoas. Moral seria oferecer alternativas de sustentabilidade para essas famílias.

UMA ANÁLISE DA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS GERAIS DE NEGÓCIOS DA SHELL.

Álvaro Eduardo Ferreira Esteves

1. "Statement of General Business Principles"¹

Royal Dutch/Shell Group of Companies

Publicado pela primeira vez em 1976, a edição que está sendo analisada é a de 1997. O que nos motivou a colocar este documento em foco é a sua menção – sempre como o documento maior ao qual os demais se subordinam – em três recentes cartilhas relacionadas ao comportamento ético do grupo Shell:

Dealing with Bribery and Corruption – A Management Primer²

Business and Child Labour – A Management Primer³

Business and Human Rights – A Management Primer⁴

O "SGBP" (sigla sob a qual é freqüentemente referenciado o "Statement of General Business Principles") é então considerado o documento máximo, que norteia a conduta nos negócios em todas as empresas do Grupo Shell ao redor do mundo. É estruturado em dez partes, incluindo uma introdução:

1. Objetivo
2. Responsabilidades
3. Princípios Econômicos
4. Integridade nos negócios
5. Atividades Políticas

¹ Declaração de Princípios Gerais de Negócios.

² Lidando com suborno e corrupção. Uma cartilha destinada a gerentes.

³ Negócios e o trabalho Infantil. Uma cartilha destinada a gerentes.

⁴ Negócios e Direitos Humanos. Uma cartilha destinada a gerentes.

6. Saúde, Segurança e Meio Ambiente
7. A comunidade
8. Concorrência /Competição
9. Comunicação

Quando e a quem se aplica

A introdução é clara: *“estes princípios se aplicam a todas as transações, grandes ou pequenas, e descrevem o comportamento esperado de cada empregado em todas as empresas Shell, na condução de seus negócios”.*

Os valores

Honestidade, integridade e respeito pelas pessoas são citados como valores centrais da empresa, mas as "companhias Shell também acreditam firmemente na importância fundamental da promoção da confiança, franqueza, trabalho de equipe e profissionalismo”.

Aqui, parecem se misturar valores (honestidade, integridade, respeito e franqueza) com maneiras de se atuar ou operar. “Trabalho de equipe”, e “profissionalismo” se enquadram bem neste caso, enquanto que “promoção da confiança” parece ser muito mais uma consequência ou resultado – perante outras pessoas – do que um valor ou um princípio .

2. Dos preceitos à prática

Os ditos princípios são, então, derivados dos valores centrais acima mencionados e sustentados por procedimentos em cada uma das empresas do Grupo, desenhados para garantir que os seus empregados compreendam esses princípios e ajam de acordo com eles. É , assim, um código de conduta, muito mais do que um código de ética.

“...é vital que nossos comportamento sejam equivalentes a nossas intenções”, uma das afirmativas do texto, revela uma preocupação em não construir um

conjunto teórico de idéias, que não sejam – ou não possam ser – seguidas por todos os empregados.

Reconhece o documento, em seguida, que manter a confiança dos acionistas, empregados, clientes, outras pessoas com quem as empresas Shell fazem negócios e as comunidades onde elas operam é crucial para a continuidade do crescimento e sucesso do Grupo. Esta afirmativa, confirmada em diversos pontos do documento, sinaliza que este código de conduta considera preceitos éticos como um fator que afeta o bom desempenho das organizações.

Aquela afirmativa, num primeiro olhar, no faz levantar a hipótese de que poderia haver uma inspiração utilitarista, ao privilegiar a confiança (no original em inglês sublinhado e reforçado por duas palavras, “trust” and “confidence”) que pode ser entendida, ao menos em parte, como uma consequência de ser “útil”, não no sentido de se útil *“em relação a nós mesmos , mas sim em relação aos outros”* (ALBERONI & VECA, 1990: 37). Esta possibilidade é, entretanto, imediatamente desmentida pela segunda parte da afirmação, em que a justificativa maior da conduta parece ser a continuidade do crescimento e sucesso, que remete a uma leitura principalmente de natureza econômica, como vimos há pouco. Além disso, esta forma de “felicidade” contida na “confiança” é para ser atingida, ao menos explicitamente, apenas junto às pessoas que de alguma forma têm a ver com o sucesso empresarial do grupo e não o “maior número possível de pessoas”. Tratando-se de um grupo de empresas cujos produtos afetam direta ou indiretamente, um universo muito grande de pessoas, a abrangência dos Princípios parece restritiva.

Parte 1- Objetivos

Trata apenas de definir o escopo de atuação das empresas, onde está clara a prioridade às indústrias do petróleo, gás e química, incluindo, em complemento a elas, sua “participação” na busca e desenvolvimento de outras formas de energia. Eficiência, responsabilidade e lucratividade são mencionado como os atributos centrais a serem buscados, encarando a performance como correlacionada à competitividade a longo prazo.

Parte 2 – Responsabilidades

São identificadas as cinco áreas de sua responsabilidade da Shell, ou seja, as áreas para as quais, a empresa reconhece que tem, concretamente, algum dever. São elas: acionistas, clientes, empregados, outras partes com quem a empresa exerce atividades de negócio, e a sociedade.

De uma forma geral, a descrição dessas responsabilidades é mais instrumental do que moral.

No caso do acionistas, por exemplo, a responsabilidade está objetivamente concentrada em proteção ao investimento desses acionistas e seu devido retorno “aceitável”; junto a clientes, o único ponto de natureza ética valorizado é a menção, ainda que vaga, à questão ambiental. No que toca os parceiros de negócios, temos um aspecto positivo a destacar. Ainda que não haja uma norma clara – a palavra chave é “promover”- é enfatizada a importância de aplicação desses Princípios até como critério de seleção daqueles relacionamentos, o que, como veremos em seguida, pode ser um aspecto relevante no contexto da corrupção e do trabalho infantil.

Uma novidade destes Princípios é que aparece relacionada às duas outras áreas de responsabilidade – empregados e sociedade - é a inclusão do tema “direitos humanos”, de maneira explícita. No texto relativo à responsabilidade perante a sociedade, a abordagem ainda é contida: *“expressar suporte aos direitos humanos fundamentais”*, depois de menção a observância das leis dos países onde opera. Mas, no item concernente aos empregados, a menção aparece em destaque, logo na abertura do tópico. No fecho deste item, o texto volta a colocar em perspectiva o paralelo entre Princípios e performance, que será bastante valorizada na parte 3 que se segue, ao resumir: *“é reconhecido que o sucesso comercial depende no completo compromisso de todos os empregados”*.

Parte 3 - Princípios Econômicos

Há dois pontos relevantes nesse item. O primeiro deles é a inequívoca colocação da lucratividade como ponto de partida e centro de referência de

tudo o que trata o documento. *"Sem lucros e uma forte base financeira, não seria possível preencher as responsabilidades descritas acima"*, sentencia o texto, deixando no ar uma possível dificuldade de interpretação: o que viria antes, os princípios éticos ou compromisso com o lucro? Só podemos ter comportamento ético se houver lucro?

O outro ponto de destaque deste tópico é de nítida inspiração relativista, ao reconhecer que *"as empresa Shell operam em uma ampla variedade de ambientes sociais, políticos e econômicos em rápida transformação"*. E faz uma profissão de fé liberal, ao afirmar que *"em geral, os interesses das comunidades podem ser atendidos da maneira mais eficaz por uma economia de mercado"*.

Parte 4. Integridade nos Negócios

Esta foi a parte em que nosso interesse mais se deteve, pois talvez seja o único em que vimos uma consistência ética e moral. Aqui, o que é certo e o que é errado estão claros e precisos, sem estar atrelados a uma condição antecedente ou conseqüente. É a abordagem que mais se aproxima de uma ética kantiana do dever:

"As companhias Shell insistem na honestidade, integridade e equidade em todos os aspectos de seus negócios e esperam o mesmo nos relacionamentos com aqueles com quem faz negócios".

A questão da corrupção é especificamente atacada. Por um lado, com um posicionamento assertivo a respeito: *"A oferta, pagamento, solicitação ou aceitação de suborno de qualquer forma, seja direta ou indireta, são práticas inaceitáveis⁵"*. Além desta firme colocação sobre o que acha certo ou errado, a Shell assume também o compromisso com o controle e o gerenciamento do assunto ao expressar: *"Todas as transações de negócio em nome de empresas Shell deve, ser refletidas acuradamente e de forma limpa na contabilidade da empresa, em concordância com os procedimentos estabelecidos e sujeitos à auditoria"*. Ou seja, é um princípio claro e não pode haver qualquer brecha para que não seja seguido.

Neste mesmo item, faz-se também menção explícita aos conflitos de interesse entre assuntos privados e relacionados à empresa dos empregados.

⁵ Grifos do autor

transmite uma grande prudência em possíveis envolvimento nessa área, posição confirmada no detalhamento que o texto faz das oportunidades em que isso possa ocorrer, circunstâncias que *“irão variar dependendo do tamanho das empresa, a natureza da sociedade local e o escopo da iniciativa”*.

Parte 8 – Concorrência

Mais uma vez se posicionando a favor da livre iniciativa, esta parte é lacônica e direta, mas inclui um compromisso explícito com a ética nos negócios: *“Elas (as empresas Shell) empenham-se em competir de maneira limpa e ética e dentro dos limites das leis aplicáveis à competição”*.

Parte 9 – Comunicação

A empresa reconhece a importância das suas atividades e seus possíveis impactos sobre a economia e sobre os indivíduos, e por essa razão se dispõe a ter amplos programas de informação corporativa, e a disponibilizar informações relevantes às partes legitimamente interessadas, ressalvando a confidencialidade e os custos inerentes a essas iniciativas.

Em suma:

Como declaração de princípios, o texto trata de relativamente poucas questões éticas e a elas dedica pouco espaço, não ficando evidente sua subordinação às escolas de pensamento mais conhecidas. Como código de conduta, nem sempre é explícito e claro a respeito dos comportamentos esperados. Em diversos pontos, parece subordinar um comportamento ético a interesses econômicos, como se aqueles fossem, acima de tudo, pré requisito para estes. É mais prudente do que incisivo, procurando estabelecer “clausulas de escape” no caso da empresa ser eventualmente cobrado por alguma ação que faça parte do documento. É menos assertivo quanto a seus valores, do que temente a julgamentos – não exclusivamente morais ou éticos- o que fica visível no texto abaixo, retirado da introdução do documento:

“...cada empresa Shell tem uma ampla liberdade de ação. Entretanto, o que elas têm em comum é a reputação Shell”. Preservar esta reputação é a coisa mais importante. Nós somos julgados pela maneira como agimos”.

3. As cartilhas

Como já mencionado, o conjunto de três cartilhas, chama a atenção pela atualidade dos temas abordados e pela própria importância que a empresa está reconhecendo nesses temas, ao dedicar-lhes esses volumes. Abaixo, algumas observações sobre o "Lidando com suborno e corrupção. Uma cartilha destinada a gerentes" que nos pareceu, entre o três, ser o mais completo e o eticamente com posições mais bem definidas.

Ao contrário da Declaração de Princípios que revimos acima, esta cartilha, editada em 1999, é quase exaustiva quanto ao assunto, refletindo um envolvimento total da empresa. Parte da premissa de que suborno e corrupção são inaceitáveis e, de fato, não só orienta e guia os gerentes, a quem a leitura é destinada, quanto à ação e reação em situações específicas, como também procura estimular uma reflexão sobre a questão ética que está por trás do tema.

A cartilha é dividida em 5 seções, e contém 4 apêndices:

Seção 1: O problema em perspectiva

- efeito corrosivo da corrupção
- Exemplo de iniciativas anti-corrupção

Seção 2: Definindo o problema

- Tipos de suborno e corrupção e como eles podem minar os negócios do Grupo⁶.

Seção 3: Mantendo a integridade dos negócios nas companhias Shell

- Políticas, procedimentos e estruturas do Grupo e das empresas destinadas a combater o suborno e a corrupção

⁶ Aqui, além de se definir as formas de suborno que são posteriormente detalhadas na Seção 5, são também abordadas a fraude, as vulnerabilidades nos contratos, a venda de informações ilegais e privilegiadas, o crime organizado e a lavagem de dinheiro

Seção 4: Lidando com dilemas

- Quando a corrupção não é corrupção?

Seção 5: Recomendação para uma boa prática

- Como desenvolver políticas e procedimentos. Conselhos sobre como lidar com presentes, hospitalidade e conflitos de interesse. Conselhos sobre como lidar com fraudes. Melhores práticas em contratações e mediações. Como criar uma cultura anti-corrupção. Aprendendo com outras empresas.

Nos Apêndices, encontramos outras informações, que complementam o assunto, através de ferramentas adicionais para que os gerentes operem e se desenvolvam quanto ao tema:

Apêndice 1: Lidando com dilemas – 15 estudos de casos sobre situações típicas e realistas, que os gerentes podem enfrentar no seu dia-a-dia.

Apêndice 2: Questões e dilemas – uma visão da “Transparency International”⁷

Apêndice 3: Lidando com suborno e corrupção – algumas iniciativas nacionais e internacionais

Inclui detalhes da FCPA⁸, da Convenção da OECD⁹, da ICC¹⁰ das Nações Unidas e da “Transparency International”

Apêndice 4: Gerenciando a integridade de negócios nas empresa Shell – informações adicionais

Além dessa estruturação da cartilha, que por si só evidencia seu espírito, resumimos abaixo um ponto que nos chamou a atenção.

⁷ Transparência Internacional - ONG cujas campanhas contra corrupção são inspiradas pelas campanhas da Anistia Internacional contra os abusos relativos aos direitos humanos

⁸ US Foreign Corrupt Practices Act – Ato sobre Práticas de Corrupção de Estrangeiros, do governo dos Estados Unidos da América.

⁹ Organization for Economic Co-Operation and Development (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O artigo 1 das suas Regras de Conduta é exemplar e parece inspirar o SGBP: “Ninguém pode, direta ou indiretamente, demandar ou aceitar um suborno”.

¹⁰ International Chamber of Commerce – Câmara Internacional de Comércio

Depois de uma consulta aos sites que são recomendados no apêndice 3, ficou a impressão positiva de que o tema "Suborno e Corrupção" está assumindo nas entidades internacionais, especialmente as da área de comércio – e possivelmente nas organizações a elas filiadas – uma relevância crescente, de natureza talvez semelhante ao que vimos ocorrer com o tema "Meio Ambiente".

Parece que aumenta assim a percepção de que da mesma forma que a preservação ambiental é essencial para o futuro, digamos, físico da humanidade, a proteção aos valores da sociedade é fundamental para seu futuro moral. Quando se fala de Ética nos Negócios, esta é sem dúvida uma boa notícia. Como coloca o Chairman da Shell no texto introdutório da Cartilha: "*Suborno e corrupção são doenças sociais destrutivas*". E somente com uma clara postura ética das organizações – como a Shell parece estar tratando de assumir – esta doença poderá ser combatida e tratada de maneira eficaz.

4. Referências bibliográficas

ALBERONI, Francesco, VECA, Salvatore. *O altruísmo e a moral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CAMPS, Victoria, GUARIGLIA, Osvaldo, SALMERON, Fernando. *Concepciones de la ética*. Editorial Trotta.

GARCIA MORENTE, Manuel. *Fundamentos de filosofia – Lições preliminares*. 8.ed. São Paulo: 1980.

GEERTZ, Clifford – Anti Anti-relativismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.3, nº 8, out. 1988.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

VIGILÂNCIA NAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE CORRENTES FILOSÓFICAS

Ana Paula Cortat Zambrotti Gomes

1. Introdução

O objetivo desse estudo é analisar a questão da privacidade e da vigilância, sob o ponto de vista ético, a partir das correntes utilitarista, absolutista e relativista. Para tanto, tomaremos como base a reportagem de Marques (2001) sobre as câmeras de vigilância na cidade de Nova York. A reportagem trata da existência de câmeras, muitas delas escondidas, particulares e públicas que estão sendo utilizadas na vigilância da cidade.

As formas de controle social da atualidade (internet, circuitos de vigilância por TV, câmeras escondidas) trazem à tona o tema do panóptico. O panóptico tornou-se, a partir da análise de Michel Foucault (1979, 1987), um paradigma, uma forma de controle baseada na visibilidade constante, cada vez mais presente em nossos dias. Daí, a importância de incluí-lo nessa discussão. No contexto organizacional, verifica-se uma série de mecanismos de controle e dominação dos indivíduos que incluem a arquitetura (escritórios abertos, por exemplo) e a tecnologia.

Sendo assim, esse estudo incluirá uma análise do panóptico e relacionará a vigilância nas ruas com a vigilância nas organizações.

2. Panóptico de Bentham

Jeremy Bentham, filósofo utilitarista, nasceu em Londres, em 1748. Escreveu o projeto do panóptico, um modelo de prisão baseado no princípio da inspeção, durante a sua permanência na Rússia, em 1786. A realização desse projeto foi durante 20 anos uma obsessão para Bentham.

A forma do panóptico é conhecida: *"uma torre que possui largas janelas que se abrem sobre a face interna de um anel que rodeia esta torre. O anel está dividido em celas que atravessam todo o edifício. Cada cela tem duas janelas, sendo uma voltada para o interior e outra para o exterior. Estas janelas*

permitem que a luz atravesse a cela de fora a fora. Coloca-se um vigia na torre central e as pessoas que se deseja corrigir nas celas. Pelo efeito da luz, o vigia sempre consegue ver as pessoas e elas nunca conseguem ver o vigia". (Alcadipani e Almeida, 2000, p.7)

É importante mencionar a conjuntura penitenciária na qual o projeto do panóptico estava inserido. Por volta de 1770, a questão das prisões estava sendo bastante discutida. Havia a necessidade de ordenar uma sociedade cuja racionalidade tolerava cada vez menos os improdutivos e perseguia os vagabundos e mendigos. Aconteciam, ainda, rebeliões populares contra as formas "clássicas" de castigo. Nas prisões, não havia segurança. As evasões eram freqüentes e, para acabar com elas, o único recurso consistia em acorrentar os presos. Nesse contexto, Bentham escreveu o panóptico.

No panóptico, a vigilância se dá por meio da visibilidade constante. Para Bentham, a melhor maneira de se obter a vigilância contínua é pela arquitetura. E para garantir o bom comportamento dos presos, basta um olhar. Um olhar que vigia sem ser visto.

De acordo com Bentham, o projeto do panóptico é aplicável a todos e quaisquer estabelecimentos, nos quais queira-se manter sob inspeção um certo número de pessoas, em particular às prisões, manufaturas, hospícios, hospitais e escolas. Foucault (1987) observa que, de acordo com a proposta de Bentham, não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas. Observa, ainda, o orgulho de Bentham com relação à leveza dos estabelecimentos panópticos, ou seja, o fim de grades, correntes e ferros.

Considerando-se a corrente utilitarista, o panóptico e suas aplicações estão de acordo com a maximização da utilidade coletiva. Bentham apresenta as vantagens do panóptico e suas aplicações para os indivíduos que se encontram em tais estabelecimentos e para a sociedade como um todo.

A moral reformada, a saúde preservada, a indústria revigorada, a instrução difundida, os encargos públicos aliviados e a economia assentada representam o maior bem para o maior número possível de pessoas.

3. Câmeras de Vigilância: Segurança X Privacidade

Atualmente, a vigilância tornou-se uma realidade tanto por necessidade de proteção e segurança como para inibir possíveis desvios ou infrações (no trânsito, por exemplo).

A reportagem mencionada revela a existência de cerca de seis mil câmeras espalhadas pela cidade de Nova York e abre a discussão sobre a questão da segurança e da privacidade.

Aceitar a vigilância nas ruas significa estar inserido num contexto de visibilidade panóptica. Para Veiga-Neto (2000, p.209), *"esse controle contínuo, incessante, difuso, hoje tornado barato e de fácil manuseio - e, em algumas circunstâncias, até mesmo desejável por nós - funciona como um agenciamento coletivo cujos resultados, num futuro próximo, podem ser sombrios"*. De acordo com o autor, nós, por questões de segurança, aceitamos ou até queremos ser vigiados ou monitorados eletronicamente - seja cada um de nós como indivíduos, seja nosso patrimônio. E, ainda, nós mesmos acionamos mecanismos de vigilância sobre os outros, pensando em protegê-los.

Conforme mencionado na reportagem, casos judiciais de contestação do direito da Justiça de monitorar a vida de cidadãos inocentes foram vencidos pelos vigilantes. O argumento era de que vedar a lente era vedar os olhos da lei, os olhos de um guarda qualquer na rua. Por outro lado, grupos contrários à vigilância das câmeras argumentam que as pessoas têm direito à privacidade em público.

Das ruas às organizações, a vigilância está presente por meio da visibilidade panóptica. Conforme mencionado, a vigilância nas organizações se dá tanto por meio da arquitetura como por meio da tecnologia.

Lyon, citado por Burrell (1997), listou algumas categorias de vigilância proporcionadas pela tecnologia, quais sejam: vigilância acústica (aparelhos de escuta); vigilância visual (câmeras de vídeo); vigilância de dados (banco de dados); sensores tecnológicos (infra-vermelho); e outros artifícios.

De acordo com Burrell (1997), a vigilância começa quando saímos de casa. Nesse momento, já estamos sendo observados. No trânsito, câmeras checam a velocidade dos carros e o respeito à sinalização. Quando chegamos no estacionamento da empresa, outras câmeras estão prontas para observar os visitantes e os passos dos funcionários. Mas é no escritório que a vigilância, realmente, começa. No interior das organizações, a utilização de mecanismos de vigilância tem outros fins, além da segurança, como por exemplo, a redução de custos ou a avaliação da produtividade. Dito de outra maneira, é possível inibir comportamentos não desejados, como a utilização de telefones, e-mail e impressoras para fins pessoais, a partir da vigilância. Nesse sentido, vale mencionar o estudo de Segnini (1992). A autora discorre sobre a questão da vigilância por meio da arquitetura no Bradesco, o primeiro banco brasileiro a eliminar paredes divisórias. Segnini (1992, p. 107) relata que *"a arquitetura possibilita o controle, objetivando a permanente utilidade dos gestos e da fala assim como a constante demonstração da filosofia do banco"*. Ainda, de acordo com a autora, *"a mesa, a cadeira, o caixa, constituem as células nas quais os indivíduos são alojados e expostos à vigilância, possibilitando sempre determinar onde estão, o que estão fazendo, assim como avaliar a quantidade e a qualidade do serviço realizado"*. Enfim, por meio da arquitetura ou da tecnologia, os indivíduos são expostos à visibilidade. Outros casos de vigilância e controle nas organizações são mencionados por Alcadipani e Almeida (2000), Barker (1993), Burrell (1997) e Zuboff (1988).

Considerando-se a corrente utilitarista, a vigilância nas ruas por meio de câmeras proporciona a maximização da utilidade coletiva. A tentativa de garantir a segurança dos cidadãos está de acordo com o princípio utilitarista, ou seja, o maior bem para o maior número possível de pessoas. No contexto organizacional, considera-se duas possibilidades: (a) os indivíduos sabem da existência de câmeras, aparelhos de escuta, e outros mecanismos de vigilância; (b) os indivíduos desconhecem a existência de mecanismos de

vigilância. No primeiro caso, é aceitável, de acordo com a ética, a utilização de mecanismos de vigilância, pois isso é declarado. No segundo caso, a utilização de mecanismos de vigilância não está de acordo com a ética por não ser declarado.

De acordo com a corrente absolutista, a vigilância tanto nas ruas como nas organizações por meio da tecnologia ou da arquitetura não se sustenta, pois não pode ser transformado em imperativo universal. Segundo Alberoni e Veca (1990, p.46), *"uma ação só é moral quando pudermos justificá-la com base em um princípio, uma regra, um imperativo universal, que valha para todos, sem que isto leve a uma contradição"*.

No que se refere à corrente relativista, Vázquez afirma que o relativismo ético parte do princípio que diferentes comunidades julgam de maneira diferente o mesmo tipo de atos ou postulam diversas normas diante de situações semelhantes. Ainda de acordo com o autor, o relativismo ético proclama que os juízos morais, relativos a diferentes grupos sociais ou comunidades, justificam-se pelo contexto social correspondente. Considerando-se os critérios de justificação moral mencionados por Vázquez (justificação social, prática, lógica, científica e dialética), a vigilância nas ruas ou nas organizações pode estar inserida no contexto da corrente relativista.

4. Considerações Finais

Este estudo apresentou uma análise sobre a questão da vigilância, a partir de três correntes éticas: utilitarismo, absolutismo e relativismo. Considerou como ponto de partida a questão da vigilância nas ruas de Nova York, por meio de câmeras. O fato foi relacionado com a vigilância nas organizações, que se dá por meio da arquitetura ou da tecnologia, podendo ser declarada ou não.

Concluiu-se que a vigilância não declarada não se sustenta de acordo com as três correntes mencionadas. Portanto, esse procedimento só pode ser analisado do ponto de vista ético se for declarado, ou seja, se os indivíduos submetidos à vigilância estiverem conscientes desse fato.

De acordo com a corrente utilitarista, a vigilância nas ruas e nas organizações se sustenta. Considerando-se a corrente absolutista, a vigilância nas ruas e nas organizações não é aceitável. Não podemos justificá-la com base em um imperativo universal. E, finalmente, de acordo com a corrente relativista, a vigilância nas ruas e nas organizações pode ser válida.

5. Bibliografia

- ALBERONI, Francesco, VECA, Salvatore. *O altruísmo e a moral*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- ALCADIPANI, Rafael, ALMEIDA, Aline Oliveira. O feitiço incluiu o feiticeiro: uma Análise sobre a implementação de um escritório aberto. *Anais do 24º ENANPAD*. ANPAD, 2000.
- BARKER, James R. Tightening the Iron Cage: concertive control in self-managing teams. *Administrative Science Quarterly*, 38, p. 408-437, 1993.
- BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BURRELL, Gibson. *Pandemonium*. London: Sage, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- O GLOBO. Sorria você está sendo vigiado em Nova York. Reportagem de Toni Marques. Rio de Janeiro, 08-04-2001, p.35.
- SEGNINI, Lilliana R. P. Sobre a identidade do poder nas relações de trabalho. In: FLEURY, M.T.L., FISCHER, R. M. *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1992.
- VÁZQUEZ, Adolfo. *Ética*. Ed. Civilização Brasileira. (do 1º volume)
- VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, Novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera, CASTELO BRANCO, Guilherme. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.
- ZUBOFF, Shoshana. *In the age of the smart machine*. New York: Basic Books, 1988.

A POBREZA DOS RICOS

Hélio Kestelman

*A ânsia de igualdade pode se expressar pelo desejo de
rebaixar os outros até o próprio nível
(diminuindo, segregando, derrubando) como
pelo desejo de subir juntamente com os outros
(reconhecendo, ajudando, alegrando-se com
seu êxito).*

Nietzsche¹

1. Introdução

O jornal O Globo, em sua edição de 12 de fevereiro de 2001, publicou o artigo/crônica "A pobreza dos ricos" assinado por Cristovam Buarque, autor do livro "A desordem do progresso" onde, de forma literária, busca estabelecer, dialeticamente, o real significado do "ser rico" e do "ser pobre", tanto substantivo como verbo.

Identifica valores definidos pelos ricos e, de imediato, sinaliza como os benefícios decorrentes destes valores, não são por eles usufruídos.

Analisa a ética da acumulação de bens e critica a maneira como estes bens são cerceados aos pobres, deixando marcado tudo aquilo que foi e vem sendo negado aos pobres como a dizer que se tal não acontecesse os pobres talvez não seriam tão pobres e certamente o sentido de riqueza seria focado sob uma nova visão. *"Na verdade, a maior pobreza dos ricos brasileiros está na incapacidade de verem a riqueza que há nos pobres".*

Desenvolve sua crônica analisando alguns valores que estariam inseridos na contextualização dos conceitos destes opostos e que, dependendo de sua correta interpretação podem transparecer, ora como valores positivos, riqueza – bens, fortunas, tranquilidade, prazer, convívio, amigos, ora como valores

¹ Humano, demasiado Humano. Um Livro para Espíritos Livres

negativos, pobreza – insegurança, medo, doença, angústia. “Os ricos brasileiros usufruem privadamente tudo o que a riqueza lhes oferece, mas vivem enclacrados na pobreza social”.

Mesmo dando início à sua crônica através de uma visão relativista, “em nenhum outro país os ricos demonstram mais ostentação que no Brasil. Apesar disso, os brasileiros ricos são pobres”, Cristovam Buarque direciona o seu pensamento numa abordagem claramente utilitarista.

Entre os diferentes pressupostos enunciados ao longo do texto, é possível identificar o contraste entre uma ideologia que privilegia uma minoria em detrimento de uma maioria, maioria que indiretamente é oferecida constantemente ao sacrifício.

Em princípio, observa-se que o autor refere-se à população pobre, sem acesso à educação, ao trabalho, à saúde e portanto, à uma vida digna, como aqueles que, teoricamente, estariam marcados por uma existência excluída de uma *felicidade* mínima, uma vez que o perverso sistema de distribuição e acesso aos bens sociais beneficiaria tão somente uma pequena camada da população, tal como na época feudal, onde os poderosos senhores defendiam suas riquezas contra possíveis ataques dos insatisfeitos vassalos. Os ricos, “pagam fortunas para construir modernas mansões, desenhadas por arquitetos de renome, e são obrigados a escondê-las atrás de muralhas, como se vivessem nos tempos dos castelos medievais, dependendo de guardas que se revezam em turnos”.

Mais adiante, num outro extremo, aponta os ricos como responsáveis pela sua própria *pobreza existencial* na medida em que, de forma egoísta, voltam-se exclusivamente para os seus próprios interesses, cunhando uma perspectiva de vida permeada pelo aprisionamento e, por conseguinte, pela restrição de sua própria liberdade. São poucos, possuem tanto e no entanto não desfrutam de uma qualidade de vida compatível com os bens de que dispõem e que lhes permita projetar os seu próprios futuros. “Por mais riqueza que acumulem no presente, são pobres na falta de segurança para usufruir o patrimônio no

futuro. E vivem no susto permanente diante das incertezas em que os filhos crescerão”.

Nesta perspectiva, observa-se que a reflexão do autor se aproxima dos ideais utilitaristas na medida em que busca, segundo Bentham, a maximização da *felicidade e do prazer* e a minimização da *infelicidade e da dor*.

Numa sociedade desigualitária onde o prazer é desfrutado por muito poucos, há que se pensar que algo, da ordem do desumano, estará presente em todo tipo de relação, seja ela no plano do trabalho, no plano afetivo ou no plano intelectual. Este sentimento de desumanidade é o oposto à máxima que afirma que *todo sujeito deve amar o seu semelhante como a si mesmo*, segundo o mandamento da tradição religiosa (Alberoni e Veca, pág. 37) e, coloca como questão a razão pela qual existiria uma grande quantidade de dor e infelicidade que poderia ser aliviada através de meios humanos, com uma ação racional que contribua para melhorar a sociedade e a vida.

Ao falar desta *felicidade*, dentro da ética utilitarista, o que se refere não é uma felicidade tratada sob o ponto de vista pessoal, felicidade egoísta, mas sim da felicidade de todos como uma matriz altruísta e generosa que permita consolidar a idéia de que cada um, como indivíduo, possui um conjunto mais ou menos coerente de projetos, daí que, a realização destes projetos enunciarão a sua *utilidade* ou, em última instância, a própria *felicidade*.

Na busca permanente de uma maior segurança os ricos investem fortunas para obtê-las, aplicando recursos em atividades não produtivas, afastadas da *felicidade* ou não direcionadas àqueles outros que demandam também a *felicidade*, indo de encontro ao que o utilitarismo propõe “*se houvesse preocupação para satisfazer somente a minoria, isto resultaria num desperdício de utilidade, isto é, de felicidade*”(Alberoni e Veca). Cristovam Buarque enfatiza esta idéia utilitarista ao escrever que “*os ricos, no lugar de usufruir tudo aquilo com que gastam, uma parte considerável do dinheiro nada adquire, serve apenas para evitar perdas. Por causa da pobreza ao redor, os brasileiros ricos vivem um paradoxo: para ficarem mais ricos têm de perder dinheiro, gastando*

cada vez mais apenas para se proteger da realidade hostil e ineficiente". Uma clara caracterização do desperdício de utilidade.

Cristovam Buarque, como intelectual, a exemplo de Helvetius e Beccaria, propõe uma reforma social sustentada na certeza de poder ampliar os princípios da razão às instituições e à vida individual e coletiva, estabelecendo como prioridade de um bom governo, ações capazes de minimizar o sofrimento e a dor, articulando desta maneira um projeto social humanitário que beneficie a todos e não somente a uma determinada casta.

Sugere ainda, uma busca de equilíbrio na distribuição da *felicidade*; o rico cedendo uma parte do que acumulou em benefício do pobre, ou seja, dando a entender, que na *utilidade coletiva* cada interesse vale, independentemente de sua moral ou estética e independentemente de quem seja o seu depositário. Neste sentido, o interesse do pobre – educação, saúde, habitação, dignidade enfim – possui a mesma relevância do interesse do rico, o do trabalhador braçal tanto quanto o do empresário, o que deixa consignado os ideais do projeto democrático moderno enunciado pelo autor. “ *A pobreza de visão dos ricos impediu também de verem a riqueza que há na cabeça de um povo educado. Ao longo de toda nossa história, os nossos ricos abandonaram a educação do povo, desviaram os recursos para criar a riqueza que seria só deles, e ficaram pobres: contratam trabalhadores com baixa produtividade, investem em modernos equipamentos e não encontram quem os saiba manejar, vivem rodeados de compatriotas que não sabem ler o mundo ao redor, não sabem mudar o mundo, não sabem construir um novo país que beneficie a todos. Muito mais ricos seriam os ricos se vivessem em uma sociedade onde todos fossem educados*”.

O investimento, por exemplo, na educação, faria com que os extremos gradualmente se aproximassem, no sentido de um reequilíbrio das disfunções sociais reinantes, o que nas palavras de Bentham, segundo Alberoni e Veca, “*estaria direcionada diretamente a elaboração de uma deontologia, isto é, de uma ética pública*”.

O princípio da ética pública, neste contexto, pode ser pensado como a garantia eqüitativa das obrigações e direitos de todos os cidadãos, tomados como *socius* de um mesmo corpo social. A dimensão ética desse princípio é que cada homem pode dispor de seus bens e de sua liberdade sem ter que submeter-se ao consentimento de outrem: todos estão sujeitos às mesmas regras (Kant). Igualdade, justiça, liberdade e comunhão, são os princípios básicos da vida social.

Como complemento às idéias até aqui analisadas, pode-se buscar na filosofia de Rousseau, quando discute a sociedade e a democracia, enfatiza que só poderá haver uma verdadeira sociedade quando não mais persistirem as incongruências da sociedade burguesa, na qual os interesses individuais se superpõem aos interesses da vida coletiva. A superação deste estado de coisas exigiria uma sociedade fundada em princípios universais em que predominariam a liberdade, a igualdade, a cidadania, a segurança e o bem estar de todos.

Logo, na transição da sociedade burguesa para uma sociedade mais justa, seria necessário aniquilar as forças negativas existentes no homem para que se solidificassem novas forças direcionadas ao bem comum que, uma vez adquiridas, seriam duradouras e intensas, constituindo assim uma sociedade perfeita e sólida. Nela, cada cidadão nada seria ou poderia fazer, senão graças a todos os outros.

Ainda na concepção rousseuniana, identifica-se uma certa semântica religiosa com a idéia de comunidade, já que a ordem social se fundaria no sentimento universal que impele os homens para junto de seus semelhantes.

O "sacrifício" individual da própria vontade em prol da vontade de todos, e a livre subordinação ao coletivo, não resultariam do medo, mas sim do desejo, da necessidade de ser reconhecido. Por amar a si mesmo antes de amar a qualquer outro, por ter os seus próprios desejos e seus projetos de felicidade, o homem acaba sempre por buscar, a todo custo, afirmar-se. Não consegue viver isolado, sem afeto, sem a presença do outro, para dizer o quanto ele é importante e estimado. Nesta perspectiva, a vida isolada seria uma vida nula,

sem sentido, na qual não haveria lugar para os ideais de perpetuação, prosperidade e felicidade.

A segregação, por parte dos ricos, das camadas mais pobres da sociedade, compromete a garantia desses mesmos ideais, as múltiplas trocas que ali se fazem e as relações de reciprocidade que se processam entre os homens.

Ao tratar das sociedades como lugar do homem no mundo, Cristovam Buarque em sua crônica, assim como Rousseau no seu "Contrato Social", deixam passar a idéia de que a sociedade se divide em dois espaços, o sagrado e o profano. O primeiro gira em torno do interesse geral, da vontade coletiva que defende o que é melhor para todos; o segundo é o espaço dos interesses individuais, no qual o individualismo prepondera e cada um procura satisfazer a si mesmo.

De uma certa forma o conceito de "espaço sagrado", vem ao encontro da ética utilitarista que postula a maior felicidade para o maior número de pessoas minimizando o "espaço dito profano".

Como conclusão e retomando a questão da ética utilitarista, este trabalho sugere que é preciso eliminar os abismos entre pobres e ricos, entre fracos e poderosos, instituindo um novo homem social que aponte para o interesse e a felicidade geral como um freio às paixões e desejos particulares de uma minoria. Que este homem em sua consciência possa admitir que, se o todo estiver ameaçado, as partes correm perigo; se o interesse geral for sacrificado, não ficará ileso o particular e que, face aos desmandos do individualismo, jamais será possível a existência de uma sociedade menos injusta sem a participação de todos no sentido de minimizar a infelicidade, o desprazer e a dor.

2. O ARTIGO

A Pobreza dos Ricos²

Cristovam Buarque

Em nenhum outro país os ricos demonstraram mais ostentação que no Brasil. Apesar disso, os brasileiros ricos são pobres.

² íntegra do artigo publicado em O GLOBO, RJ, edição de 12/2/01.

São pobres porque compram sofisticados automóveis importados, com todos os exagerados equipamentos da modernidade, mas ficam horas engarrafados ao lado dos ônibus de subúrbio. E, às vezes, são assaltados, seqüestrados ou mortos nos sinais de trânsito. Presenteiam belos carros a seus filhos e não voltam a dormir tranquilos enquanto eles não chegam em casa. Pagam fortunas para construir modernas mansões, desenhadas por arquitetos de renome, e são obrigados a escondê-las atrás de muralhas, como se vivessem nos tempos dos castelos medievais, dependendo de guardas que se revezam em turnos.

Os ricos brasileiros usufruem privadamente tudo o que a riqueza lhes oferece, mas vivem encalacrados na pobreza social.

Na sexta-feira, saem de noite para jantar em restaurantes tão caros que os ricos da Europa não conseguiriam freqüentar, mas perdem o apetite diante da pobreza que ali por perto arregala os olhos pedindo um pouco de pão; ou são obrigados a restaurantes fechados, cercados e protegidos por policiais privados.

Quando terminam de comer escondidos, são obrigados a tomar o carro à porta, trazido por manobrista, sem o prazer de caminhar pela rua, ir a um cinema ou teatro, depois continuar até um bar para conversar sobre o que viram.

Mesmo assim, não é raro que o pobre rico seja assaltado antes de terminar o jantar, ou depois, na estrada a caminho de casa. Felizmente isso nem sempre acontece, mas certamente, a viagem é um susto durante todo o caminho. E, às vezes, o sobressalto continua, mesmo dentro de casa.

Os ricos brasileiros são pobres de tanto medo. Por mais riqueza que acumulem no presente, são pobres na falta de segurança para usufruir o patrimônio no futuro. E vivem no susto permanente diante das incertezas em que os filhos crescerão. Os ricos brasileiros continuam pobres de tanto gastar dinheiro apenas para corrigir os desacertos criados pela desigualdade que suas riquezas provocam: em insegurança e ineficiência.

No lugar de usufruir tudo aquilo com que gastam, uma parte considerável do dinheiro nada adquire, serve apenas para evitar perdas. Por causa da pobreza ao redor, os brasileiros ricos vivem um paradoxo: para ficarem mais ricos têm de perder dinheiro, gastando cada vez mais apenas para se proteger da realidade hostil e ineficiente.

Quando viajam ao exterior, os ricos sabem que no hotel onde se hospedam serão vistos como assassinos de crianças na Candelária, destruidores da Floresta Amazônica, usurpadores da maior concentração de renda do planeta, portadores de malária, de dengue e verminoses. São ricos empobrecidos pela vergonha que sentem ao serem vistos pelos olhos estrangeiros.

Na verdade, a maior pobreza dos ricos brasileiros está na incapacidade de verem a riqueza que há nos pobres. Foi esta pobreza de visão que impediu os ricos brasileiros de perceberem, cem anos atrás, a riqueza que havia nos braços dos escravos libertos se lhes fosse dado o direito de trabalhar a imensa quantidade de terra ociosa de que o país dispunha. Se tivessem percebido essa riqueza e libertado a terra junto com os escravos, os ricos brasileiros teriam abolido a pobreza que os acompanha ao longo de mais de um século. Se os latifúndios tivessem sido colocados à disposição dos braços dos ex-escravos, a riqueza criada teria chegado aos ricos de hoje, que viveriam em

ciudades sem o peso da imigração descontrolada e com uma população sem miséria.

A pobreza de visão dos ricos impediu também de verem a riqueza que há na cabeça de um povo educado. Ao longo de toda nossa história, os nossos ricos abandonaram a educação do povo, desviaram os recursos para criar a riqueza que seria só deles, e ficaram pobres: contratam trabalhadores com baixa produtividade, investem em modernos equipamentos e não encontram quem os saiba manejar, vivem rodeados de compatriotas que não sabem ler o mundo ao redor, não sabem mudar o mundo, não sabem construir um novo país que beneficie a todos. Muito mais ricos seriam os ricos se vivessem em uma sociedade onde todos fossem educados.

Para poderem usar os seus caros automóveis, os ricos construíram viadutos com dinheiro de colocar água e esgoto nas cidades, achando que, ao comprar água mineral, se protegiam das doenças dos pobres. Esqueceram-se de que precisam desses pobres e não podem contar com eles todos os dias e com toda saúde, porque eles (os pobres) vivem sem água e sem esgoto. Montam modernos hospitais, mas têm dificuldades em evitar infecções porque os pobres trazem de casa os germes que os contaminam. Com a pobreza de achar que poderiam ficar ricos sozinhos, construíram um país doente e vivem no meio da doença.

Há um grave quadro de pobreza entre os ricos brasileiros. E esta pobreza é tão grave que a maior parte deles não percebe. Por isso a pobreza de espírito tem sido o maior inspirados de decisões governamentais das pobres ricas elites brasileiras.

Se percebessem a riqueza potencial que há nos braços e nos cérebros dos pobres, os ricos brasileiros poderiam reorientar o modelo de desenvolvimento em direção aos interesses de nossas massas populares. Liberariam a terra para os trabalhadores rurais, realizariam um programa de construção de casas e implantação de redes de água e esgoto, contratariam centena de milhares de professores e colocariam o povo para produzir para o próprio povo. Esta seria uma decisão que enriqueceria o Brasil inteiro – os pobres que sairiam da pobreza e os ricos que sairiam da vergonha, da insegurança e da insensatez.

Mas isso é esperar demais. Os ricos são tão pobres que não percebem a triste pobreza em que usufruem suas malditas riquezas.

3. Referências Bibliográficas

ALBERONI, Francesco, VECA, Salvatore. *O altruísmo e a moral*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*. Rio de Janeiro: 2ª edição; Companhia das Letras, 1998.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Contrato Social*. Ed. cultrix Ltda.

ÉTICA PUBLICITÁRIA

Andréa Lemos Ferreira

1. Introdução

A publicidade no Brasil é regulamentada pelo CONAR (Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária), considerando *"que a publicidade deve ser confiável no conteúdo e honesta na apresentação, pois é da confiança pública que depende o seu êxito e que as repercussões sociais da atividade publicitária reclamam a espontânea adoção de normas éticas mais específicas"* (Auto-Regulamentação, cap.1, 05/05/80). Assim, a atividade publicitária é regida pelo Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária. Esta análise crítica baseia-se na leitura dos capítulos 1 e 2, do referido código.

Observa-se, no código referenciado, uma tendência à moral da utilidade (Vecca: 1992), à medida que procura criar um conjunto de regras racionais para que proporcione a felicidade para o maior número possível de pessoas. É a crença de que as atividades publicitárias sejam caracterizadas *"pelo respeito à dignidade da pessoa humana, à intimidade, ao interesse social, às instituições e símbolos nacionais, às autoridades constituídas e ao núcleo familiar"* (artigo 19), ou seja, deseja-se que os princípios da razão nas atividades publicitárias contribua para a reforma social (como desejaria os intelectuais utilitaristas).

Entretanto, a afirmação de que *"todo anúncio deve ser respeitador e conformar-se às leis do país..."* (artigo 1º) reflete uma vertente completamente relativista, uma vez que o conceito sobre o que seja respeitador, deriva dos padrões de formação e cultura de individual. Portanto, o que pode ser respeitador para uma pessoa, pode não ser para outra e vice-versa.

Ao definir a publicidade comercial como toda atividade destinada a estimular o consumo de bens e serviços, a auto-regulamentação, enquanto utilitarista, deveria agir para que uma campanha publicitária além de criar no consumidor, necessidades, desejos e ideais a serem atingidos, também criasse meios para

que a satisfação das necessidades, desejos e ideais não fosse frustrada, o que não é bem assim.

Bentham em seu princípio de utilidade dizia *"cada um de nós, como indivíduo, possui um conjunto mais ou menos coerente de projetos, e a realização destes projetos representa a sua utilidade ou felicidade"* (Bentham apud Vecca:1992) e, sendo frustrados, representaria um mal, uma infelicidade.

A publicidade, via de regra, procura mostrar para o consumidor o que é bom para ele. Bentham já explicitou que *"nada pode ser um bem para mim a não ser que seja um desejo meu"* (Vecca, 1992). Até que ponto, um desejo criado pela publicidade pode ser considerado como um desejo individual da pessoa? Uma vez que um desejo vale apenas para uma pessoa, e só para ela, como justificar um código que regula uma atividade que trata de criar desejos nos consumidores de forma coletiva, padronizando-os?

A racionalidade de que trata a auto-regulamentação não absorve as diferenças individuais dos consumidores. Pelo contrário, procura padronizá-los a um nível quase nunca atingível. Mesmo assim, propõe-se ser *"útil para a promoção da equidade e da justiça"* (Guisán, p. 271).

Entretanto uma atividade que busca, principalmente, estimular o consumo de bens e serviços por consumidores com características sócio-econômicas tão diversas, deveria levar esta diversidade em consideração. Ora, é sabido que nem todas as pessoas possuem condições econômicas para adquirir um determinado bem ou serviço promovido pela publicidade. Entretanto, não há restrições para a veiculação de uma campanha publicitária. Ele simplesmente invade a privacidade alheia, seja na rua (*outdoors*), seja em casa (televisão). Até que ponto, então, esta felicidade prometida pela publicidade pode ser distribuída à medida que parte dos consumidores pode sofrer por não ver seus desejos realizados? Sob este aspecto a utilidade não existe se a felicidade não atingirá o maior número possível de pessoas.

Ao mesmo tempo em que busca a felicidade do maior número de pessoas, a publicidade também contribui para que as diferenças entre elas sejam acentuadas. Estas diferenças podem ser observadas, por exemplo, à medida

que a publicidade designa público alvo para ser atingido, agrupa as pessoas em classes que nem elas mesmas sabem que pertencem, contrariando o que diz o artigo segundo *"todo anúncio deve ser preparado com o devido senso de responsabilidade social, evitando acentuar, de forma depreciativa, diferenciações sociais decorrentes do maior ou menor poder aquisitivo dos grupos a que se destina ou que possa eventualmente atingir"*. Os desejos e necessidades criados nem sempre são alvos a serem atingidos.

A utilidade para o maior número possível de pessoas se dará a partir do momento em que as ações publicitárias promovidas com base na sua auto-regulamentação, respeite *"os princípios de leal concorrência geralmente aceitos no mundo dos negócios"* (artigo 4º), propiciando a confiança do consumidor, acarretando a felicidade do anunciante, da agência de publicidade, do veículo de comunicação e do próprio consumidor.

Porém, nem sempre os artigos da auto-regulamentação são respeitados. Isto se deve ao fato de que nem sempre existem condições reais para o seu cumprimento, dificultando-se a sua justificação prática (Vásquez, p.224). A sociedade consumista e competitiva dificulta uma justificação prática para as regras publicitárias, na medida em que a sobrevivência comercial seja alcançada mediante a derrota do concorrente.

A promoção de bens e serviços, antes de atender a uma necessidade ou um desejo, promove a entidade fornecedora. Há um aspecto estritamente comercial ao se promover um produto, que é a lucratividade da instituição. Sendo assim, a felicidade humana estaria condicionada ao sucesso das empresas. Então, a felicidade se restringe àqueles que possuem condições de adquirir os produtos promovidos, minimizando a felicidade. Ao minimizar a felicidade, não existe o utilitarismo.

A preocupação maior da auto-regulamentação parece ser a proteção da atividade publicitária junto ao consumidor e ao concorrente, com vistas às questões judiciais que podem decorrer, é um ato de defesa.

Enquanto a atividade é regulamentada, parece implícito que todos cumprem tal qual está definido. Porém, não são poucas as contradições entre o que está

escrito e a prática. Diariamente observa-se em campanhas publicitárias um enorme desrespeito a questões morais e éticas, mesmo com a existência de um código de ética. Isto se deve ao fato de que a ética está relacionada a uma conduta pessoal. Portanto, não podemos acusar uma instituição de anti-ética, pois não possui uma personalidade humana.

4. Referências Bibliográficas

ALBERONI, Francesco, VECA, Salvatore. *O altruísmo e a moral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Guisan, Esperanza.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HIPERCOMPETIÇÃO NO TRABALHO: FUNCIONA?¹

Gilberto Malamut

1. Resumo : O artigo versa sobre as práticas gerenciais da AmBev.

Maguin Rodrigues, diretor geral da AmBev, anualmente recruta talentos de universidades como Cornell, Colúmbia e Nova York em uma feira de estudantes de MBA que se realiza em Orlando, USA e em cinco faculdades brasileiras. O perfil por ele procurado é "o de pessoas ambiciosas, competitivas, com brilho nos olhos ... profissionais que possam sobreviver e vencer no cada vez mais inóspito mundo da competição ... Quero gente que me dê respostas atravessadas quando eu cutuco. Gente que queira ocupar o meu lugar."

Busca isso, colocando seus funcionários à prova o tempo todo, desafiando a capacidade de sobrevivência deles. Diariamente o talento, a capacidade de trabalho, a paciência, o bom humor e a obstinação deles são levados ao limite. "Na AmBev, as pessoas não dão 100% do seu potencial. Dão 150%", diz um ex-funcionário.

A AmBev forma as pessoas internamente alegando "ser difícil um gerente ou diretor de fora se acostumar com o ritmo daqui", para isso, oferece um curso de MBA para os funcionários com maior potencial de crescimento – nas aulas os alunos disputam o tempo todo : querem fazer as perguntas mais inteligentes, dar as respostas certas, apresentar os melhores trabalhos. Cada vez que um palestrante ou aluno, fala algo considerado tolice, voam tomates (de tecido) neles. Já para alguém que agiu de maneira considerada ingênua ou pouco esperta, é dado o apelido de Pato Novo.

Dois aspectos permeiam a AmBev : a informalidade e *um certo desrespeito à hierarquia tradicional*. Maguin deixa claro que não é permitido perder tempo,

¹ Referência do trabalho : Revista Exame edição 729 ano 34 n. 25. Editora Abril – autora: Cristiane Correa

enrolar, falar bobagens – “quem fizer isso será inexoravelmente atropelado “. Como nos programas de televisão, o grupo eliminará o mais fraco em nome de sua própria sobrevivência. “Tente achar alguém que tenha ficado 3 ou 4 anos sem receber bônus... Você não vai encontrar, porque as pessoas assim são simplesmente expelidas “, diz um ex-funcionário.

O bônus é o principal motor da competitividade e da busca por resultados, embora pelas regras, metade dos funcionários que concorrem à remuneração variável não o receberão. Eles não alcançarão suas metas ou serão *prejudicados pelo fracasso de seus colegas de departamento*. Ganham dinheiro os que colocam a AmBev em primeiro lugar : vida pessoal, família, cursos ..., tudo fica para depois. A empresa espera disponibilidade total de seus funcionários, inclusive, entre outras coisas, mudar de cidade sempre que necessário.

A média de idade na empresa é de 29 anos e boa parte dos executivos são solteiros ou divorciados e sem filhos.

Bônus, informalidade, autonomia, cobrança, pressão e competição formal o perfil da AmBev.

Sobre essas práticas, o artigo traz a opinião de Robert Levering consultor do Great Place to Work Institute que diz que corporações muito competitivas não são necessariamente as que produzem melhores resultados e a de Jeffrey Pfeffer, professor de comportamento organizacional na Universidade Stanford, USA que diz que o risco de se ter um ambiente como o descrito é o de transformá-lo num ambiente predatório – “ A competição interna pode ser um fator motivacional, mas o custo de não ajudar os pares e não aprender com os outros só aparece no futuro”.

2. Comentário

Segundo *Dejours* :

“Trabalhar, na verdade, é não apenas exercer atividades produtivas, mas também conviver. Assim uma organização do trabalho racional deve antes de tudo preocupar-se com a eficácia técnica, mas deve também incorporar argumentos relativos à convivência, ao viver em comum, às regras de sociabilidade, ou seja, ao mundo social do trabalho, bem como argumentos relativos à proteção do ego e à realização do ego, ou seja, à saúde e ao mundo subjetivo” (2000:62).

“Mas cometer atos reprováveis, ou ter atitudes iníquas com os subordinados, fingindo ignorar-lhes o sofrimento, ou com os colegas com os quais, para permanecer no cargo ou progredir, é forçoso ser desleal, isso faz surgir um outro sofrimento muito diferente do medo : o de perder a própria dignidade e trair seu ideal e seus valores. Trata-se portanto de um “sofrimento ético”, que vem acrescentar-se ao sofrimento causado pela submissão à ameaça” (2000:72).

“O elemento decisivo que faz o trabalho propender para o bem ou o mal, no plano moral e político, é o medo ... A tradição filosófica opõe ao medo a coragem, que é a resposta da virtude e da razão ao medo ... Em outras palavras, a ética propõe uma resposta global : coragem quer dizer não ter medo” (2000: 141-142).

“Os próprios trabalhadores se tornam cúmplices na negação do real do trabalho e do progresso da doutrina pejorativa do fator humano, graças ao seu silêncio, à sonegação de informações e à desenfreada concorrência a que se vêem mutuamente constrangidos” (2000:64).

Posturas como as descritas no artigo, incorrem na valorização única dos resultados relegando as pessoas a segundo plano, ou seja, priorizam resultados em detrimento das pessoas – as coisificam. Estas, se tornam por sua vez cúmplices destas posturas ao não reagirem devido ao medo da perda do trabalho, acarretando assim em perda de caráter como Sennett (1999:10)

descreve "... a falta de uma ligação mais ativa e afetiva com o lugar de trabalho – na empresa – com a ênfase nos trabalhos a curto prazo, não permite que as pessoas desenvolvam experiências ou construam uma narrativa coerente para suas vidas. E, principalmente, "... o desenvolvimento do caráter depende de atitudes estáveis como lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua".

Abaixo, obtido da home-page da AmBev a chamada para seu programa de estagiários :



O que poderia ser perguntado é : – te transforma em quê?

3. Discussão – enfoque absolutista

Kant (in Veca, 1988), afirma que devemos nos colocar no lugar dos outros simplesmente para podermos identificar quais são nossos deveres em relação a eles e, portanto, quais são os direitos deles em relação a nós.

Faz ainda a segunda formulação do imperativo moral kantiano que diz : "nunca trate os outros simplesmente como meios, mas sempre também como fins".
Trate-os como eles tratam a si mesmos.

Ora, de um lado a imposição por parte da AmBev, "... os que colocam a AmBev em primeiro lugar. Vida pessoal, família, cursos, ... Fica tudo para depois" (texto original) de outro a permissividade por parte dos funcionários – que acabam por serem coisificados.

Kant (in Morente, 1943) ... "o homem realiza atos, e na realização desses atos o homem faz algo, estatui uma ação, e nessa ação distinguem-se dois elementos : o que o homem faz efetivamente e aquilo que quer fazer".

Será que os funcionários da AmBev estão fazendo aquilo que realmente querem fazer ou estão agindo por temor de perderem seus empregos ? – "... para a consciência moral – que contém dentro de si um certo número de princípios, em virtude dos quais os homens regem sua vida - uma vontade que se resolve a fazer o que faz por esperança de recompensa ou por temor de castigo, perde todo o seu valor moral " (Morente pag. 256).

Kant (in Morente, 1943) ... "Age de tal maneira que o motivo, o princípio que te leve a agir, possas tu querer que seja uma lei universal." – (máxima de Kant), será que os funcionários da AmBev querem ver seu comportamento (atirar tomates, sonegar informações, expor companheiros ao ridículo, etc) transformado em uma lei universal?

Assim, segundo o absolutismo o comportamento dos funcionários da AmBev é totalmente condenável.

4. Bibliografia

ALBERONI, Francesco e VECA, Salvatore. O altruísmo e a moral. Rio de Janeiro. Editora Rocco. 1990.

DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro. Editora FGV 3ª edição. 2.000

GARCIA MORENTE, Manuel. Fundamentos de filosofia – lições preliminares. São Paulo. Mestre Jou; 8ª edição. 1930.

REVISTA EXAME edição 729 ano 34 nº 25 de 13 dezembro de 2000. Editora Abril.

SENNET, Richard. A corrosão do caráter. Rio de Janeiro. Record. 1999.

O CASO KURSK: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A QUESTÃO DA ÉTICA

Eliane de Castro Bernardino

1. Apresentação do tema e do problema

Em 12 de agosto de 2000, durante exercícios militares, explosões levaram o submarino nuclear Kursk ao fundo do Mar de Barents, com 118 tripulantes a bordo. Nos primeiros dias após o naufrágio, altos oficiais da Marinha russa disseram ter recebido mensagens em código Morse, feitas por meio de batidas no casco do submarino. Depois, à medida em que a chance de encontrar sobreviventes diminuía, surgiram contradições sobre se havia de fato tripulantes vivos, e, por fim, as autoridades passaram a insistir que ninguém poderia ter sobrevivido após o acidente, cuja causa ainda é desconhecida.

O Presidente Putin foi informado do acidente apenas poucas horas após o ocorrido. Entretanto, somente comunicou à opinião pública dois dias depois, 14 de agosto. Pelo fato do submarino estar afundado a 108 metros de profundidade, em mar revolto, países como a Noruega, Estados Unidos e Inglaterra ofereceram sua ajuda para alcançar o submarino e tentar resgatar sobreviventes. Apesar de mais tarde se ter sabido que a Rússia só dispõe de dois mergulhadores de grande profundidade, ainda assim as autoridades russas rejeitaram, durante quatro dias, a ajuda estrangeira. Os barcos noruegueses especializados nesse tipo de operação dispõem até mesmo de oficinas de forja a bordo, o que os possibilita fabricar no local os instrumentos exigidos pelos mergulhadores.

Aceita a ajuda norueguesa, com uma semana de atraso, os mergulhadores conseguiram resgatar os corpos dos tripulantes e encontraram uma carta no bolso do uniforme do tenente Dimitri Kolesnikov, escrita no escuro, poucas horas depois da explosão, dizendo que todos os tripulantes dos 6º, 7º e 8º compartimentos do submarino haviam se refugiado no 9º compartimento e que ali havia 23 pessoas, que não esperavam mais chegar à superfície. A carta era endereçada à mulher do tenente e o restante do texto era uma despedida.

Os 23 sobreviventes provavelmente morreram afogados, de hipotermia ou por causa da alta pressão. Ainda não se sabe quanto tempo eles permaneceram vivos nem se havia a possibilidade de eles serem resgatados, caso a Rússia não tivesse demorado para aceitar ajuda internacional.

Um perito militar independente, Pavel Felghengauer, afirmou: *“se não tivéssemos rejeitado no princípio a ajuda ocidental, a probabilidade de salvar os marinheiros teria sido maior”*. Segundo o perito, *“a ideologia da Frota do Norte, a mais antiocidental de todas, que não tem outro inimigo senão a OTAN, sua única razão de ser”*, foi a culpada pelas vacilações russas em aceitar a ajuda estrangeira.

A confirmação de que havia sobreviventes reavivou a polêmica sobre o comportamento das autoridades, que além de terem demorado para divulgar o ocorrido, terem relutado em pedir ajuda estrangeira e terem divulgado a falsa notícia de que achavam que o motivo da explosão teria sido a colisão com um submarino estrangeiro, também mentiram sobre o carregamento do submarino.

Alguns meses depois do acidente, descobriu-se que, ao contrário do que a Marinha russa havia divulgado, havia armas nucleares no Kursk. O deputado Grigory Tomcnin, membro da comissão russa que investigava o acidente, declarou que estava cansado de manter segredo sobre a tragédia. Harald Ramfjorde, engenheiro norueguês que participou das operações de resgate, afirmou ter visto documentos secretos russos que confirmavam a presença de armas nucleares a bordo.

2. Análise Crítica

Analisemos a questão apresentada sob a ótica do Absolutismo e do Utilitarismo.

Seja qual for o referencial utilizado, é necessário deixarmos claro que a análise do problema acima exposto não diz respeito às explosões ocorridas no submarino e ao destino daqueles 95 tripulantes que morreram como consequência imediata da explosão.

Acreditamos não caber discussão ética sobre esse assunto, já que não se pode provar que houve negligência da Marinha russa no projeto, nem na manutenção, nem no treinamento de seus oficiais e auxiliares a bordo. Entendemos que este fato foi um acidente trágico e que o que se estará tratando a seguir refere-se apenas do resgate dos 23 sobreviventes da explosão e naufrágio, bem como do próprio submarino e das armas nucleares.

• Ponto de Vista do Absolutismo

Sob a ótica da Moral do Dever, preconizada pelo filósofo alemão Kant, a atitude das autoridades russas foi moralmente inaceitável. Esta conclusão baseia-se, principalmente, na omissão de informações e no uso da mentira. Ora, em Kant, vemos que a mentira é imoral, por não poder passar no teste da universalização. Mesmo que alguém deseje mentir para obter proveito próprio, pessoal ou institucional, esse alguém não tem como aceitar que a mentira seja algo positivo, porque se todos mentissem, o mundo seria inviável.

Com todas as informações falsas relatadas anteriormente, as autoridades russas demonstraram se preocuparem muito mais com a preservação do orgulho nacional russo e na suposta manutenção dos segredos de Estado do que com os indivíduos sobreviventes do submarino. Essa atitude fere um outro princípio da Moral do Dever, que é o de nunca tratar os outros simplesmente como meios, mas sempre também como fins. Apesar de não estar provado que vidas teriam sido salvas se a ajuda internacional tivesse sido aceita desde o início, o contrário também não foi provado. A Marinha e o Presidente russo não demonstraram a mínima consideração com as famílias daqueles marinheiros que ainda tinham chances de escapar da morte, concedendo-lhes o mesmo tratamento do que os já mortos e do que o casco do próprio submarino.

Em Kant, também observamos que todo ser humano tem dignidade e não tem preço. As autoridades russas não demonstraram levar em conta essa dignidade, desprezaram o princípio da liberdade de escolha dos indivíduos sob sua responsabilidade e relegaram a segundo plano o papel dos tripulantes vivos, de suas famílias e de toda a população que acompanhava o assunto.

Concluindo a visão absolutista, fica claro que os governantes russos demonstraram desrespeito às vítimas e aos cidadãos, especialmente por causa da desconsideração da importância do papel central do indivíduo como pessoa moral e da contaminação emocional e egoísta que motivou suas ações, traindo os princípios de justiça e equidade que são defendidos pela Moral do Dever.

- **Ponto de Vista do Utilitarismo**

No Utilitarismo, a moral cuida essencialmente da satisfação das necessidades e do bem-estar das pessoas, da maximização da felicidade e da minimização do sofrimento. Os utilitaristas acreditam que podem aplicar os princípios da razão às instituições e à vida individual e coletiva.

Segundo Bentham, um dos principais autores do Utilitarismo, cada pessoa tem seus ideais, preferências, desejos, que podem ser diferentes das outras pessoas. Por isso, este pensador cria o princípio da utilidade, que preconiza que cada um de nós, como indivíduo, possui um conjunto mais ou menos coerente de projetos e que a realização desses projetos representa a sua utilidade ou felicidade. Cada desejo vale independentemente de sua qualidade moral ou estética e independentemente de quem seja o seu depositário, tendo sempre o mesmo valor para qualquer pessoa. Assim, é necessário aplicar o princípio da utilidade não somente para si próprio, mas para todas as outras pessoas com quem se convive, seja uma família, uma comunidade ou toda uma população, local ou mundial. Em outras palavras, é necessário ponderar os interesses das outras pessoas da mesma forma com que se pondera os próprios interesses. Daí nasce o conceito da maximização da utilidade coletiva, que preconiza que se deve analisar imparcialmente os interesses de todos os envolvidos, agregá-los e distribuir esses recursos de forma a tornar máxima a utilidade para o maior número possível de pessoas.

Embora a moral Utilitarista apresente grandes diferenças com relação à moral Absolutista, principalmente no que concerne os motivos para que alguém aja moralmente (a maximização da utilidade, no caso do Utilitarismo, e a consciência do dever, no caso do Absolutismo), estas duas correntes morais apresentam uma importantíssima convergência: o acento fundamental na

centralidade da noção do indivíduo como pessoa moral, como ser provido de valor.

Sendo assim, apesar de todas as demais diferenças com o Absolutismo, podemos concluir que também sob a ótica do Utilitarismo, a forma de agir das autoridades russas foi moralmente inadmissível. Nem se pensássemos na população russa como merecedora de uma máxima utilidade, em detrimento dos interesses de uma minoria (os 23 sobreviventes), não havia nenhum forte motivo - como por exemplo, uma guerra - que justificasse a manipulação das informações ao público e principalmente a inicial recusa da ajuda de um país tecnologicamente mais desenvolvido em operações de resgate em águas profundas.

3. Conclusão

Com o acidente com o submarino nuclear Kursk, que deixou os russos e o mundo perplexos, parece ter ficado claro o grau de deterioração da estrutura da antiga União Soviética. Mais uma vez, o mundo ficou atônito com uma política de salvamento desastrada e insegura e também com a falta de transparência que marca a história das instituições da Rússia.

Acredito que o naufrágio do Kursk tenha sido um exemplo trágico da transição do período da guerra fria para o da globalização, pelo qual estão passando o mundo e a Rússia. E parece que, pelo menos nesse episódio, somente o Presidente Putin não se deu conta da importância dessa transição. Numa entrevista a uma TV russa, depois do acidente do submarino, Putin defendeu o seu governo e destacou suas prioridades: *"Estarei com o Exército. Estarei com a frota. Estarei com o povo."* Putin acredita que *"as necessidades do Estado vêm sempre em primeiro lugar, e as preocupações do indivíduo, num distante segundo lugar."*

O que acontece quando um país como a Rússia adere à globalização – mercado global livre, telecomunicações, mídia e Internet – é que os indivíduos se tornam mais poderosos. A habilidade em obter informações por conta própria, ganhar o seu sustento e impor sua vontade diretamente, como

indivíduos, aumenta enormemente, por causa da globalização e queda de muros em toda parte.

Mais do que isso, quando todas as pessoas começam a saber como o restante do mundo está vivendo - o que também acontece na globalização -, elas passam a exigir as mesmas coisas. E ficam profundamente contrariadas quando seus líderes não percebem esses anseios.

Constato que o caso do Kursk mostrou o quanto o povo russo está se aproximando desse ponto, e quão pouco o seu Presidente faz. Putin e seus generais certamente resistiram em aceitar ajuda externa porque temiam que isso manchasse a honra das Forças Armadas da Rússia e invalidasse as pretensões de ser ainda uma superpotência. Mas as famílias dos marinheiros russos, sabendo que ajuda estrangeira havia sido oferecida, demonstraram não se importar com a “Mãe Rússia” ou o “Pai Rússia”, e sim com o Yuri, com o Boris e outros tantos que estavam dentro do submarino. É possível que o que eles realmente queriam dizer é que embora a honra nacional ainda seja importante, a vida e as aspirações do indivíduo agora também importam, e que não são apenas os americanos que não querem mais morrer por abstrações.

O triste acidente com os tripulantes do submarino Kursk, acompanhado em tempo real pela população mundial, nos mostra que não existe espaço no mundo para a falta de transparência das atitudes do Estado, o maior e mais lamentável resquício dos tempos do regime fechado. Mostra a falência do antigo modelo, que se de um lado vivia de sucessos militares, do outro agonizava pela insuficiência de alimentos para o povo. O governo russo deve saber que, ao contrário da época passada, a melhor atitude de um Estado nos dias de hoje, é dar mais valor à vida humana de seu povo, considerando-a mais importantes que o vazamento de segredos militares.

O que parece é que a Glasnost (a “transparência”), aquilo que a mudança de regime trazia de melhor, tenha sido quase completamente esquecida.

4. Fontes Bibliográficas

O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo. edição de 27 de outubro de 2000.

O GLOBO, Rio de Janeiro. edição de 5 de abril de 2001.

ALBERONI, Francesco, VECA, Salvatore. O altruísmo e a moral. Rio de Janeiro : Rocco, 1990.

ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES – BASEADO NO LIVRO “MAN’S SEARCH FOR MEANING”

Geraldo Ferreira

1. Problemática

O texto escolhido para objeto do presente trabalho é o livro “Man’s search for meaning” de autoria de Viktor E. Frankl.

O Dr. Frankl é um psiquiatra austríaco, que por ser de origem judaica, foi prisioneiro dos nazistas nos campos de extermínio de Auschwitz e Dachau.

O livro foi publicado pela primeira vez em 1946 sob o título “Ein Psycholog erlebt das Konzentrationslager” e, já em 1984, atingia a sua terceira edição e septuagésima terceira impressão em língua inglesa e também já havia sido publicado em dezenove outras línguas, com mais de dois milhões e meio de cópias.

A razão de tamanho sucesso editorial, na opinião do autor, se deve ao título do livro que encerra uma promessa de questionar o significado da vida, assunto do maior interesse para o ser humano.

No prefácio da edição de 1984, o Dr. Gordon W. Allport, professor de psicologia da Universidade de Harvard, questiona: *“como pôde um homem que perdeu todos os seus bens materiais, que teve todos os seus valores destruídos, passando fome, sofrendo frio, sendo alvo de toda a sorte de brutalidades, aguardando ser exterminado a qualquer momento, como pôde ele achar que a vida era algo que valia a pena ser preservada?”*

Mais adiante, o Dr. Allport compara a abordagem de Frankl com a de Freud, na compreensão das neuroses humanas, e assinala que *“ao passo que Freud vê as origens das frustrações na vida sexual, Frankl a encontra na busca do significado da vida. Para a postura existencialista de Frankl viver é sofrer e sobreviver é saber encontrar um significado para o sofrimento. Afinal, se há um propósito para a vida deve existir um propósito para o sofrimento e para a*

morte". Frankl cita Nietzsche segundo o qual *"aquele que tem um PORQUE para viver pode suportar quase tudo sobre COMO viver"*.

Ainda como consequência da leitura do livro, o Dr. Allport afirma que *"no campo de concentração cada circunstância conspira para fazer com que o prisioneiro perca o seu controle. Todos os seus objetivos de vida são arrancados e a única coisa que permanece é a última das liberdades humanas, a habilidade de escolher sua atitude num determinado quadro de circunstâncias."*

De um livro de 115 páginas raros são os depoimentos que não nos levam a profundas reflexões, entretanto dois deles na minha percepção se destacam dos demais.

Logo no início do livro, na página 24, o Dr. Frankl nos revela que *"Conforme já tive a oportunidade de mencionar anteriormente, o processo de seleção dos capos era feito com base em critérios negativos: só os prisioneiros mais brutais eram escolhidos para este trabalho (embora existissem algumas honrosas exceções). Além do processo de seleção dos capos que era feito pela SS, existia uma espécie de processo de auto-seleção praticado continuamente entre todos os prisioneiros. Em média só se mantinham vivos aqueles prisioneiros que, após anos de perambulação de campo a campo, tinham perdido todos os escrúpulos na sua luta pela sobrevivência; eles estavam preparados para usar todos os meios, honestos ou não, até mesmo a força bruta, o roubo, a traição de seus amigos, com o objetivo de salvarem a sua pele. Nós que conseguimos voltar, por meio de quaisquer chances felizes ou milagres - conforme queiram chamá-las - nós sabemos: os melhores entre nós não voltaram."*

Mais adiante, já no final do livro, na página 108, o Dr. Frankl tirando algumas conclusões da sua experiência nos diz que: *"De tudo o que foi apresentado aprendemos que existem duas raças de homens neste mundo, e apenas estas duas - a raça dos homens decentes e a raça dos homens indecentes. Ambas são encontradas em todas as partes; elas penetram em todos os grupos sociais. Nenhum grupo consiste inteiramente de pessoas decentes ou*

indecentes. Neste sentido nenhum grupo é constituído por uma raça pura e, por isso, nós ocasionalmente encontrávamos uma pessoa decente entre os guardas do campo.”

Provocado pelas discussões iniciais da disciplina “Ética nas Organizações” e tendo como referência a problemática apresentada defronto-me com os seguintes dilemas:

Ao nível do indivíduo – é possível um comportamento ético em quaisquer circunstâncias? Será que o ser humano diante de uma situação de risco da própria vida ainda consegue pensar em valores éticos? É possível haver comportamento ético dentro de um campo de concentração de extermínio?

Ao nível das organizações – encarando-se o campo de concentração como uma organização criada por um governo legalmente constituído, qual a postura ética dos funcionários públicos diante das tarefas que lhes eram designadas? Até onde num governo autoritário e repressivo ia a sua liberdade individual? Qual a sua parcela de responsabilidade pelos atos praticados?

O nosso trabalho procurará buscar respostas a estas indagações na obra do Dr. Frankl e, no temário a ser apresentado e discutido pela disciplina.

2. Situação 1

“Fomos intimados a deixar nossa bagagem no trem e formar duas filas - homens de um lado e mulheres do outro a fim de passar por um alto oficial da SS... Então eu fiquei face a face com ele. Ele tinha assumido uma posição muito à vontade, apoiando o seu cotovelo direito na mão esquerda. Sua mão direita estava erguida e, com o indicador ele apontava negligentemente para a direita ou para a esquerda à medida que as pessoas passavam por ele. Ele olhou para mim, hesitou um pouco, colocou as mãos nos meus ombros e me empurrou para a direita. Mais tarde fui informado de que o fato de apontar para a esquerda significava enviar os indivíduos para a morte no crematório”. (pág. 30/31)

■ Comentários

Como apontam A&V, *"a palavra utilitarismo decorre da expressão "útil", mas não em relação a nós mesmos e sim em relação aos outros... Tudo nasce do mandamento "ame ao seu semelhante como a si mesmo". E é no cenário desta tradição religiosa que a reflexão utilitarista se movimenta"*. (pág.37). O comportamento do oficial da SS, ao enviar burocraticamente centenas de pessoas para a morte, não revela a menor dose de amor ao próximo sendo portanto diametralmente oposto aos valores da ética utilitarista.

Ainda segundo A&V, e agora sob a ótica da **SYMPATHEIA**, *"o que nos torna moralmente responsáveis é apenas o fato de sabermos que devemos ser neutros e imparciais em relação aos interesses de cada um"* (pág.41). Observamos que esse comportamento ético e essa responsabilidade moral é ainda consideravelmente maior quando se trata da decisão sobre o direito à vida de um ser humano.

O comportamento do oficial da SS, segundo o utilitarismo, é típico do hedonismo ético egoísta e portanto também frontalmente antagônico a uma posição característica da **SYMPATHEIA**, e do hedonismo ético universal.

Sob o ponto de vista do absolutismo ético este oficial, embora parte de uma organização, não poderia alegar *"o dever de seguir ordens"* porque, segundo o imperativo kantiano, *"o cumprimento do dever deve se realizar mediante a imposição da vontade sobre nossa sensibilidade"*, isto é, o dever está dentro de cada indivíduo, pois *"a vontade é autônoma quando dá a si mesma a sua própria lei"* (Morente - pág. 257).

3. Situação 2

"Na tentativa de elaborar esta apresentação sob o ponto de vista psicológico e de fornecer uma explicação psicopatológica das características típicas dos indivíduos num campo de concentração eu posso dar a impressão de que o ser humano é completa e inevitavelmente influenciado pelo seu ambiente. (Neste caso o ambiente é a estrutura peculiar da vida no campo de concentração que forçava o prisioneiro a condicionar sua conduta a um conjunto de padrões).

Mas o que dizer da liberdade humana? Não há liberdade espiritual em relação aos comportamentos e às reações relativas a um dado ambiente? O homem não tem escolha de ação diante de determinadas circunstâncias?

Nós podemos responder a estas perguntas baseados na nossa experiência e em determinados princípios. A experiência no campo de concentração mostra que o homem tem uma escolha de ação. Existem inúmeros exemplos, freqüentemente de natureza heróica, que provam que a apatia pode ser superada e a irritabilidade contida. O homem pode preservar um vestígio de liberdade espiritual, de independência da mente, mesmo em condições terríveis de stress psíquico e físico.

Nós que vivemos em campos de concentração podemos nos lembrar de homens que andavam de cabana em cabana confortando os outros, oferecendo-lhes seu último pedaço de pão. Eles podem ter sido poucos em quantidade, porem eles oferecem prova suficiente de que tudo pode ser retirado de um homem, exceto uma coisa: a última das liberdades humanas – escolher a sua atitude em qualquer circunstância, escolher o seu próprio caminho”. (pág. 86)

▪ **Comentários**

As conclusões do Dr. Frankl sobre a “última das liberdades humanas” são amplamente apoiadas pelas diversas correntes dedicadas ao estudo da Ética. Do material discutido em sala nesse sentido, destacamos:

Segundo A&V, pág.50, “a obra kantiana tem o seu acento fundamental na centralidade da noção de indivíduo como pessoa moral. Já encontramos em Bentham o papel importante, fundamental, do indivíduo tomado como dono da definição do seu próprio bem, ele e ninguém mais por ele. Em Kant encontramos o mesmo papel central do indivíduo, desta vez definido como sendo um ser emancipado, capaz de escolher o que fazer de si mesmo e artífice da definição de suas metas. Achamos importante frisar esta convergência das duas teorias na construção do indivíduo como ser provido de valor”.

Ainda de acordo com A&V, *"O ser racional se auto-limita, se auto-determina, escolhe como quer ser. É um escolhedor de si"*, pág.49.

Morente, pág.258, afirma que *"se a vontade moral pura é vontade autônoma, então isso implica, necessária e evidentemente no postulado da liberdade da vontade"*.

"Kant adverte que todo ato voluntário se apresenta à razão, à reflexão, na forma de um imperativo. Com efeito, todo ato, no momento de iniciar-se, de começar a realizar-se, aparece à consciência sob a forma de mandamento: há que se fazer isto, isto tem que ser feito, isto deve ser feito, faz isto". Morente, pág.255.

Essa vontade livre proveniente da razão, ainda segundo Kant é que nos leva a encontrar os princípios morais orientadores do nosso comportamento, segundo os quais devemos *"agir de tal maneira que possamos querer que a máxima do nosso agir seja a lei universal"*.

4. Situação 3

"Os pequenos prazeres da vida no campo de concentração geravam uma espécie de felicidade negativa, - "liberdade de sofrimento", como definiu Schopenhauer – e assim mesmo somente de forma relativa. Prazeres positivos reais, mesmo pequenos, eram muito poucos. Eu me lembro de certa vez ter feito um balanço dos prazeres vivenciados e ter constatado que em muitas semanas eu só tinha tido dois momentos de prazer. Um deles ocorreu quando, voltando do trabalho, eu fui enviado para o refeitório e, depois de uma longa espera, designado para a fila do cozinheiro F.... Ele ficava atrás de uma grande panela e servia sopa nas tigelas que lhe eram apresentadas pelos prisioneiros que passavam depressa.

Ele era o único cozinheiro que não olhava para o homem cuja tigela estava servindo, o único que distribuía a sopa de maneira eqüitativa, a despeito da pessoa que a recebia, e que não tinha favoritos entre seus amigos ou compatriotas, apanhando batatas para eles enquanto os demais ganhavam apenas sopa aguada retirada da parte de cima da panela.

Mas não me cabe julgar prisioneiros que colocam os seus acima dos demais. Quem pode atirar uma pedra em um homem que favorece os seus amigos em circunstâncias que, cedo ou tarde, podem resultar numa questão de vida ou morte? Ninguém pode julgar essa situação a menos que responda com honestidade absoluta se, numa situação idêntica, não teria feito a mesma coisa". (pág. 67/68)

▪ Comentários

Segundo a ética utilitarista, A&V, pág. 40, cada um de nós *"tem de avaliar imparcialmente cada desejo, cada necessidade, cada interesse"*. Ao não olhar para quem estava servindo, o cozinheiro, reconhecendo que para todos era uma questão de sobrevivência uma ração de melhor qualidade, procurava ser *"neutro e imparcial aos interesses de qualquer um"* A&V, pág.41, e adotava este comportamento.

É nítida também, embora de forma intuitiva, uma preocupação do cozinheiro com o princípio da **SYMPATHEIA**, demonstrando paixão, comoção, emoção e dor para com os seus colegas de infortúnio, e tratando a todos de maneira imparcial (A&V pág. 41).

Kant afirma que *"podemos encontrar princípios morais partindo somente da razão"* A&V, pág.46. Ao evitar olhar para os prisioneiros o cozinheiro tinha em mente não se deixar levar pelos seus sentimentos e emoções e cumprir o seu dever guiado apenas pela razão.

Segundo Morente, pág.255, *"a consciência moral é a razão aplicada à ação e não à essência das coisas"*. O cozinheiro agia de acordo com a sua consciência moral. Com o seu comportamento o cozinheiro demonstrava na prática que *"a sua vontade era autônoma e que ela recebia de si mesma a própria lei"*, Morente, pág.257.

Sob a ótica do **DEVER** concluímos que o cozinheiro com o seu comportamento adotava o dever da vontade livre, usando a pura razão, o dever interno e impondo o dever a si próprio, e também levando em conta que *"as inclinações e os sentimentos não são confiáveis"*. A ética do dever, pág.8.

É possível também perceber que no seu comportamento o cozinheiro aplicava o imperativo categórico, *"agindo de tal maneira a querer que a máxima do seu agir fosse a lei universal"*. A ética do dever, pág.9.

5. Conclusão

De uma análise dos trechos selecionados da obra do Dr. Frankl, feita à luz dos conceitos da ética utilitarista e da ética do dever, fica evidente que:

- tanto agindo individualmente, nas suas ações e opções de natureza mais íntima e pessoal, até mesmo em circunstâncias extremas;

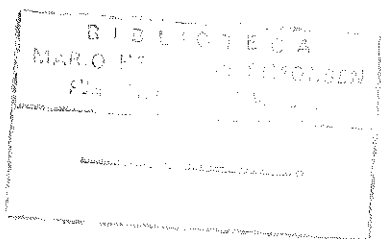
quanto participando de uma organização, sujeito a uma hierarquia, com responsabilidades definidas e tendo de cumprir ordens, o ser humano é um *"ser racional que se auto-limita, se autodetermina e escolhe como quer ser, é um escolhedor de si"*, ou como aponta o Dr. Frankl, *"a última das liberdades humanas reside em escolher a sua atitude em qualquer circunstância, escolher o seu próprio caminho"*.

5. Referências Bibliográficas

ALBERONI, Francesco, VECA, Salvatore. *O altruísmo e a moral*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

FRANKL, Victor E., *Man's search for meaning*. New York, Washington Square Press, 1985.

GARCIA MORENTE, Manuel. *Fundamentos de filosofia – Lições preliminares*. 8.ed. São Paulo: 1980.



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

BIBLIOTECA

ESTE VOLUME DEVE SER DEVOLVIDO À BIBLIOTECA
NA ÚLTIMA DATA MARCADA

25 NOV 2002	25 JUN 2011		
04 AGO 2003			
22 JUL 2003			
05 AGO 2003			
15 JUL 2008			
13 ABR 2009			
31 MAIO 2010			
20 OUT 2010			
10 MAR 2011			
30 MAR 2011			
02 JUN 2011			

86454





FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

FGV/EBAP

Central de Atendimento

Praia de Botafogo, 190

4º andar

CEP 22253-900

Tel.: (21) 2559 0000

Fax: (21) 2559 0000

atendimento@fgv.br

www.fgv.br/ebape

